

Desenvolvimento Local de Base Comunitária

Aviso nº2/2014 de 16/11/2014

1ª Fase – Pré - Qualificação

DLBC Rural

GAL Margem Esquerda do Guadiana

Documento Anexo ao Formulário de Candidatura



Índice

Índice de Anexos	3
A. Vertente do DLBC.....	4
B. Tipologia e limites do território de intervenção	4
Caraterização do território selecionado.....	4
Justificação para a tipologia e limites.....	5
C. Caraterização da parceria e modelo organizacional	6
Denominação	6
D. Diagnóstico de situação do território de incidência	9
Análise de contexto	9
Diagnóstico estratégico	12
Visão	18
E. Proposta de estratégia e resultados esperados	19
Pressupostos	19
Macro estratégia – MEG 14-20	20
Articulação com outras estratégias.....	31
Resultados esperados.....	40
F. Processo de envolvimento com as comunidades locais.....	42
Dispositivos de participação.....	42
Organização da parceria para assegurar as atividades de animação e de acompanhamento	44
Instrumentos para o acompanhamento e avaliação da EDL.....	45
Ações de animação e promoção do território	45
Ações e meios para publicitar a EDL	47

Índice de Anexos

Anexo 1: Listagem das Entidades Parceiras

Anexo 2: Acordo de Parceria

Anexo 3: Regulamento de Funcionamento do GAL

Anexo 4: Análise Swot

Anexo 5: Reunião do GAL – Maio/2014

Anexo 6: Reunião do GAL – Dezembro/2014

Anexo 7: Reuniões de Grupos de Trabalho

Anexo 8: Tríptico de Apresentação da Entidade Gestora

Anexo 9: Fichas das Entidades Parceiras

Anexo 10: RADIOgrafias

Anexo 11: Elementos Diagnostico da Margem Esquerda do Guadiana

Anexo 12: Acordo de Parceria DLBC Região Alentejo

A. Vertente do DLBC

Rural

B. Tipologia e limites do território de intervenção

Caraterização do território selecionado

O território de intervenção proposto é a Margem Esquerda do Guadiana (MEG), sub-região situada a sudeste de Portugal continental, consistindo numa faixa longitudinal demarcada a oeste pelo rio Guadiana e a este pela fronteira com Espanha. A sua área total possui 3 382,7 Km² e integra cinco concelhos, a norte, na NUT III do Alentejo Central, situa-se Mourão e, de norte para sul, já na NUT III do Baixo Alentejo, os concelhos de Moura, Barrancos, Serpa e Mértola.

Como concelhos limítrofes definidos numa semi-cintura norte-sul, encontram-se no lado português, Reguengos e Monsaraz, Portel, Vidigueira, Beja, Castro Verde e Almodôvar.

A MEG é limitada a sul pelo concelho de Alcoutim, na NUT II do Algarve e a este pelas províncias espanholas da Estremadura e Andaluzia.

Imagem 1- Mapa ilustrativo território de Intervenção



Na zona de fronteira, entre o rio Guadiana e a ribeira do Chança (fronteira espanhola com a província da Andaluzia), o concelho de Mértola aparece como exceção, na medida em que o seu território é atravessado pelo rio Guadiana. Assim, neste concelho, apenas pertencem ao território de intervenção as freguesias de Corte do Pinto e Santana e Cambas.

Tal como se constata no quadro seguinte, o território de intervenção proposto integra assim 16 freguesias, todas elas rurais, onde residem 36 941 habitantes. O território possui dois centros urbanos estruturantes (cidades de Moura e Serpa) e dois centros urbanos complementares (Barrancos e Mourão). Apesar da população estar maioritariamente concentrada nestes centros urbanos e restantes aglomerados, existem apenas dois centros urbanos com mais e cinco mil

habitantes (os mencionados centros urbanos estruturantes) e três aglomerados com mais de dois mil habitantes que são Amareleja, Pias e Vila Nova de S. Bento.

Concelho	Freguesia	População (2011)	Densidade pop. Concelho (2011)	Rural (s/n)
Barrancos	Barrancos	1 834	10,5	Sim
Mértola	Santana de Cambas	797	5,3	Sim
	Corte do Pinto	857		Sim
Moura	Amareleja	2 564	15,4	Sim
	Póvoa de S. Miguel	888		Sim
	Sobral da Adiça	1 013		Sim
	União das Freguesias de Moura	8 831		Sim
	União das freguesias de Safara e Sto. Aleixo da Restauração	1 871		Sim
Mourão	Granja	605	9,4	Sim
	Luz	290		Sim
	Mourão	1 768		Sim
Sarpa	Brinches	1 039	13,9	Sim
	Pias	2 852		Sim
	Vila Verde de Ficalho	1 459		Sim
	União das freguesias de Serpa	6 233		Sim
	União das freguesias de Vila Nova de S. Bento e Vale de Vargo	4 040		Sim
Total	16 Freguesias	36 941		

A densidade populacional é baixa destacando-se no limite inferior o concelho de Mértola com 5,3 hab./Km² e, no limite superior, o concelho de Moura com 15,4 hab./Km².

Justificação para a tipologia e limites

A justificação para a escolha do território de intervenção é eminentemente geográfica. Neste sentido, existem singularidades no território que lhe conferem homogeneidade e coesão.

No plano *biofísico* as características geomorfológicas e a condição de interioridade são em grande parte responsáveis por fenómenos climáticos particulares no contexto regional. As temperaturas mais elevadas, as quantidades totais de precipitação mais reduzidas e a quantidade total de radiação acima das 160 Kcal/cm² são alguns exemplos.

O *comportamento demográfico* do território tem também sido particularizável na MEG, pela sua agudização sobretudo se comparada com o contexto regional em diferentes parâmetros, como o progressivo despovoamento a taxas superiores, a quebra da natalidade e o saldo migratório que conduziram às baixas densidades populacionais.

No domínio da economia poderemos afirmar que ao nível das produções primárias existe tendência para a afirmação de sistemas de caráter mais intensivo, essencialmente devido ao regadio, com maior competitividade e capacidade de geração de rendimento, a par da manutenção de sistemas extensivos. Estes sistemas extensivos têm contudo contribuído para fileiras produtivas cujos produtos agroalimentares possuem qualidade reconhecida no mercado (azeite, enchidos, mel, queijo, presunto e vinho) e são distintivos da MEG.

Desta forma, na MEG, existe saber fazer associado àquelas produções e uma indústria transformadora que, embora de pequena escala, tem crescido e sido responsável pelo aumento de ativos no setor.

O *emprego*, com possibilidade de incremento, sobretudo se forem corretamente utilizados os diferentes instrumentos de política, como é o caso do presente, é contudo um aspeto que, ainda hoje, diferencia pela negativa a MEG da região onde se encontra integrada e do contexto nacional. Esta afirmação infere-se da análise dos seus diferentes parâmetros como sejam percentagem de população ativa empregada, a distribuição setorial e sua evolução, etc.

No domínio *histórico-cultural* a MEG, fruto da sua condição de interioridade e da sua proximidade à fronteira possui também alguns elementos distintivos. Referimo-nos ao património construído onde marcam presença construções de carácter defensivo/militar em todos os concelhos, mas também ao património imaterial onde a relação com o outro lado da fronteira, nalguns casos económica, deu origem a nomes comuns de famílias, gastronomia, ao dialeto barranquenho ou mesmo a factos históricos como os ocorridos durante o período da guerra civil espanhola.

Finalmente, a escolha da MEG também se deve a *condições socioinstitucionais* onde, naturalmente com origem mais recente, se conta a existência do GAL/MEG, responsável nas últimas duas décadas pela aplicação de instrumentos de política de natureza diferenciada mas, genericamente dirigidos a processos de desenvolvimento participados.

C. Caracterização da parceria e modelo organizacional

Denominação

O GAL mantém a designação adotada desde o PIC Leader II, ou seja, GAL Margem Esquerda do Guadiana (GAL/MEG) bem como a sua entidade gestora, a Rota do Guadiana – Associação de Desenvolvimento Integrado (RG-ADI).

A RG-ADI tem sido entidade gestora de diversos programas territoriais de desenvolvimento rural com destaque para as Iniciativas Comunitárias Leader II, IC Leader + e PRODER/SP3, bem como de outras IC (p.e. Now, Adapt, Youthstart, Equal); Programas de apoio ao desenvolvimento e formação de recursos humanos (Centros Rurais, Pipplea, Pessoa, POEFDS, POPH, Leonardo Da Vinci, Grundtvig); Programas de combate à pobreza e exclusão (PLCP, Progride, CLDS), Programas e investigação-ação no domínio do desenvolvimento rural (candidatados à rede rural nacional); organiza intercâmbios internacionais de jovens, encontra-se credenciada para a organização de campos de férias e possui um plano para a igualdade de género em implementação. Além disso a entidade foi detentora de um Centro Novas Oportunidades e atualmente é detentora de um Centro para a Qualificação e Ensino

Profissional (CQEP) o qual também deriva de um consórcio à escala da MEG (ver anexo 8 e site www.rotaguadiana.org).

Ao longo destes três períodos de programação dos fundos estruturais tem sido consolidada uma parceria global para a intervenção no território da MEG. Essa parceria, cuja geometria tem sido variável consoante os programas ou iniciativas anteriormente mencionas e desenvolvidas, mantém no essencial, a sua composição no quadro mais específico dos programas de desenvolvimento rural referidos.

A parceria designada por GAL procurou adequar a representatividade temática e setorial dos diferentes agentes do território assegurando também, e por exigência da regulamentação aplicável, que a maioria dos agentes que a integram teria de ser privada.

Além dos aspetos anteriores a progressiva identificação de entidades parceiras teve como pressupostos aqueles que sempre nortearam a composição do GAL e que sumariamente poderão ser enunciados:

- Entidades com as quais o GAL e a entidade gestora tenham vindo a cooperar de forma frutuosa visando a implementação de iniciativas de desenvolvimento nos domínios social, económico, educacional e de investigação;
- Entidades que aportam uma contribuição específica, inexistente no GAL, nomeadamente em matéria de I&D ou, de acompanhamento de um grupo populacional específico em situação de desfavorecimento, como por exemplo o portador de deficiência ou as mulheres vítimas de violência doméstica;
- Entidades representativas de escala superior, nalguns casos pelo facto de associarem organizações locais;
- Entidades cuja intervenção para a satisfação de necessidades específicas das populações tenha vindo a ser publicamente considerada como relevante;
- Equilíbrio entre o setor público e privado assegurando a permanência de uma maioria de entidades privadas;
- Equilíbrio entre os diferentes domínios temáticos de intervenção das entidades proporcionando a manutenção de uma visão integrada sobre o território, uma intervenção de proximidade facilitadora da implementação da futura EDL e o desejável estabelecimento de sinergias entre atores.

Até ao momento de finalização da Estratégia Local de Desenvolvimento implementada no âmbito do PRODER/SP3 a parceria foi composta pela ACOS – Assoc. Criadores de Ovinos do Sul; ADCMoura – Assoc. para o Des. do Concelho de Moura; ADEREM – Assoc. Des. Reg. De Mourão; AJAM – Assoc. de Jovens Agric. de Moura, ABD – Assoc. Barranquenha para o Des.; Assoc. Agric. do Concelho de Serpa; Caixa de Crédito Agrícola Mutuo do Guadiana Interior; C.M.Barrancos; C.M.Mértola; C.M.Moura; C.M.Mourão; C.M.Serpa; Centro de Apoio a Idosos de Moreanes; Centro Social dos Montes Altos; Clube Náutico de Mértola; Comoiprel – Coop. Mourense de Interesse Publico; Coop. Agrícola da Granja; Coop. Agrícola de Moura e Barrancos; ICNF/DCNF Alentejo – Parque Natural do Vale do Guadiana; Ruralentejo – Conselho para o Des.Rural do Alentejo; Turismo do Alentejo – Entidade Regional de Turismo do Alentejo.

No processo atual de identificação de novos atores, o GAL viria a aprovar o convite a novos membros, a saber, a ADRAL, a Associação Moura Salúquia, a Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental de Moura, a Associação Cultbéria, a Companhia de Teatro BAAL17, a Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central, a Comunidade Intermunicipal do Baixo Alentejo, o Instituto Politécnico de Beja, o INIAV,IP, a Lógica E.M., o NERBE e a Universidade de Évora.

Assim a parceria que naturalmente integra ainda a entidade gestora, a Rota do Guadiana- ADI, possui 20 entidades de natureza privada e 14 de natureza pública, não incluindo qualquer pessoa singular sem atividade económica (ver anexo 1 e 9).

Os parceiros mencionados assinaram um acordo de parceria cujo original digitalizado constitui anexo ao presente documento (anexo 2) e no qual estão vertidos os princípios que nortearam a organização da parceria, os seus objetivos, a incidência territorial, as entidades subscritoras, a designação da entidade coordenadora e as obrigações desta e das demais entidades parceiras.

Para uma melhor descrição funcional do modelo organizacional, as entidades parceiras optaram, já nesta fase, por aprovar e assinar o Regulamento Interno do GAL MEG (anexo 3), o qual considerou entre outros aspetos, a experiência de funcionamento dos GAL anteriores e a regulamentação comunitária e nacional atualmente aplicável. Este documento, cujo original subscrito pelas entidades parceiras também constitui anexo ao presente documento reparte-se por seis capítulos.

Num primeiro, é abordado de forma genérica o GAL no que concerne aos seus princípios, objeto, órgãos, composição e competências.

O segundo capítulo debruça-se sobre o Conselho Local de Parceiros e nele são abordadas a sua composição, as atribuições e competências, as responsabilidades de coordenação, a periodicidade e funcionamento das suas reuniões, formas de deliberação e redação e tramitação de atas.

O terceiro capítulo é dedicado ao Órgão de Gestão onde também são mencionadas a composição, as competências do órgão e do seu presidente, a duração e os aspetos de funcionamento (periodicidades, ordens de trabalhos, formas de deliberação e atas).

Num quarto capítulo dá-se atenção à Entidade Gestora, sua designação e competências.

No âmbito do quinto capítulo descrevem-se os aspetos de nomeação, composição e competências da Equipa Técnica Local.

Por fim, no sexto capítulo consideram-se as normas transitórias.

Quer no Acordo de Parceria, quer no regulamento Interno do GAL-MEG encontram-se descritas aquelas que são as principais ações a desenvolver pela Parceria na estruturação, aprovação, implementação e avaliação da estratégia local de desenvolvimento para o período 14-20.

Descrevem-se enquanto ações mais relevantes:

- A participação ativa no processo de diagnóstico e conceção da EDL, através da disponibilização de elementos de caracterização do território, propostas de ideias e ações que contribuam para uma visão de desenvolvimento integrado;
- Aprovação em maioria da EDL Margem Esquerda do Guadiana;

- Acompanhamento e avaliação da estratégia durante todo o período de aplicação da mesma, (prevendo-se a possibilidade de revisão e alteração)
- Animação e promoção da estratégia;
- Nomeação dos membros do órgão de gestão e da Entidade Gestora, assim como aprovação da saída ou entrada de novos membros para a parceria.

Na experiência de 22 anos, da RG-ADI, em matéria de gestão de instrumentos de política, anteriormente demonstrada, há que mencionar que a mesma abarca três períodos de programação, nos quais foram cumpridas as exigências regulamentares naturalmente diferenciadas e alcançados os objetivos das diferentes intervenções específicas. Esta atividade de gestão de parcerias e intervenção articuladora e frutuosa porque integrada, de diferentes instrumentos de política, possuiu sempre como território alvo a MEG.

No que concerne à capacidade técnica, financeira e material para ser considerada organismo intermédio e de gestão, a RG-ADI compromete-se assegurar os recursos necessários adequados. Desde logo no domínio técnico, onde será garantida até ao final do período de elegibilidade das despesas, uma estrutura técnica idêntica à atual que assegure a manutenção de equipas autónomas responsáveis pela receção e análise de candidaturas, secretariado ao GAL e apoio ao processo de decisão e acompanhamento das operações a financiar. Nestas estruturas será assim assegurada a segregação de funções. Ainda no domínio da capacidade técnica é de salientar que a equipa atualmente em funções assegurou o exercício adequado de competências da ETL em anteriores períodos de programação tendo ao longo dos anos também participado em ações de formação e capacitação, em particular no caso do PRODER/SP3 onde foram realizadas ações dedicadas à contratação pública, à análise de projetos, à análise de pedidos de pagamento, à reanálise de pedidos de pagamento, gestão do tempo, etc.. Estas ações foram levadas a efeito pela Federação Minha Terra, IFAP e RG-ADI.

No domínio financeiro para além da manutenção da capacidade financeira também idêntica à atual, deverão ser assegurados recursos adequados ao conjunto de processos previstos.

No domínio material serão asseguradas as instalações e equipamentos existentes nomeadamente as instalações da sede da RG-ADI e o Centro Aprender + (sede do CQEP), viaturas e demais equipamentos de apoio ao processo produtivo.

D. Diagnóstico de situação do território de incidência

Análise de contexto

Recuperando alguns aspetos de caracterização do território e da sua evolução recente, importa no presente ponto efetuar uma análise tão atual quanto possível daquilo que são os principais constrangimentos desta sub região e das suas potencialidades, com o propósito da sua revitalização.

No plano biofísico as principais alterações ocorridas situaram-se no meio hidrográfico estando o território hoje em profunda transformação. Encontrando-se hidrograficamente ocupado pelo rio Guadiana e seus principais afluentes, o rio Ardila, a ribeira do Enxoé e o rio Chança, todos estes de regime torrencial, secando praticamente no verão; possui atualmente a maior reserva estratégica de

água a nível nacional fruto da concretização do empreendimento de fins múltiplos de Alqueva (EFMA).

O EFMA é também responsável por profundas mudanças na tipologia da paisagem e ocupação do solo com a introdução do regadio e de amenidades relacionadas com os diferentes planos de água.

Com exceção de uma mancha que ocupa cerca de ¼ da área da MEG, grosso modo confinada aos limites sudoeste do concelho de Moura e noroeste do concelho de Serpa, onde a topografia é relativamente plana, toda a restante área é constituída por terras mais ou menos dobradas, e solos delgados, provenientes de xistos, com perfil cultural incipiente e de reduzida capacidade produtiva.

A conjugação da aridez do clima com a pobreza do solo conduziu ao predomínio de sistemas extensivos como as culturas cerealíferas, a pecuária assente nos pequenos ruminantes e na bovinicultura, os sistemas arbóreo-arbustivos onde predomina a oliveira e algumas manchas e vinha e, também, ao predomínio da azinheira, espécie por excelência do sistema florestal da MEG.

É grosso modo na zona plana, anteriormente mencionada, maioritariamente constituída por solos de maior aptidão, os chamados Barros de Beja, que surgem as novas áreas regadas e onde se assiste à diversificação cultural, geradora de maior competitividade do território e de oportunidades de transformação agroindustrial.

Da análise ao comportamento demográfico (ver anexo 11) a MEG continuou a registar, à semelhança das décadas anteriores, uma profunda quebra da população residente, tornando-a um dos espaços do interior do país de menor densidade populacional. Tal redução atingiu uma variação negativa global de 10%, nalguns concelhos entre os 18 e os 19%, quando no Alentejo a variação foi de -2% e no Baixo Alentejo de -6%. Esta é uma situação extremamente preocupante, ocorrendo em dois concelhos densidades populacionais abaixo dos 10%, a qual, aliada ao facto de se confirmar a saída de população jovem e em idade ativa, dificulta o surgimento de novos protagonismos empresariais e tem determinado o encerramento de serviços públicos (nas áreas da saúde, justiça, escolas, correios, transportes), com consequências também evidentes nas tentativas de revitalização demográfica.

Este é um fenómeno que decorre no essencial da ausência de emprego, principal motivação para a saída de ativos, já que o território foi progressivamente qualificado dispondo de cobertura generalizada de redes e saneamento básico e águas, habitação e cobertura de equipamentos coletivos de apoio à cultura, desporto e lazer.

Ao nível da educação constata-se a manutenção de uma taxa de analfabetismo elevada (12% em 2011) embora com uma evolução positiva no período 2001-2011, com redução de sete pontos percentuais. Também neste período intercensitário regista-se uma evolução muito positiva dos níveis de escolaridade com destaque para o secundário e superior (+3%). O nível básico continua contudo a ser o mais importante pois é onde se integra 60% da população da MEG.

No domínio da economia podemos afirmar que, ao nível do setor primário, existe tendência para a afirmação de sistemas de carácter mais intensivo, com maior competitividade e capacidade de geração de rendimento a par da manutenção de sistemas extensivos, responsáveis pela manutenção da biodiversidade, com possibilidades de exploração da sua multifuncionalidade e de diferenciação das suas produções.

A implantação do regadio veio indubitavelmente gerar novas oportunidades de diversificação cultural, de melhoria da viabilidade económica das pequenas e médias explorações, e da criação de

novas cadeias de valor propiciando o surgimento de novas realidades de transformação ao nível local.

É no entanto de registar que, se os sistemas intensivos poderão ser geradores de novas oportunidades de transformação local, com maior incorporação de emprego, até ao momento, as suas produções primárias, têm estado sustentadas em mão-de-obra sazonal, em boa parte oriunda do exterior.

Já os sistemas de caráter extensivo, de *per si* pouco empregadores, estão na base do surgimento de novas realidades de transformação em pequena escala, surgidas nos últimos anos, em muitos casos impulsionadas pelas dinâmicas derivadas da aplicação da abordagem Leader, que hoje se traduzem na existência de produções alimentares de qualidade. Entre essas produções contam-se algumas certificadas como DOP, DOC ou VQPRD como sejam o “Queijo Serpa”, “Azeite de Moura” vinhos “Granja – Amareleja”, “Presunto de Barrancos”, “Bovino Mertolengo” e “Borrego Alentejano”. Outras produções oriundas de matérias-primas e saber fazer tradicional são igualmente passíveis de certificação conducente à melhor valorização de mercado como sejam as Queijadas de Serpa, Pastelinhos de Safara, Queijo de Cabra do Guadiana, etc.

Esta indústria transformadora de pequena escala tem contribuído para o aumento dos ativos empregados no setor e regista alguma projeção nacional através de alguns eventos temáticos de que são exemplo a Feira do Queijo, a Olivomoura e a Feira do Presunto de Barrancos. A sua correta promoção visando o aumento da sua penetração em mercados mais vastos afigura-se sempre necessária, existindo hoje alguns exemplos de sucesso ao nível da exportação destes produtos.

A introdução das energias renováveis possuiu nos últimos anos uma significativa expressão, quer na frente de produção de energia fotovoltaica com a instalação de duas centrais produtoras, uma primeira e de maiores dimensões na Amareleja e uma segunda em Brinches, na frente de produção de painéis fotovoltaicos e na instalação de uma unidade de I&D (Lógica, E.M.) ambas em Moura. Naturalmente o desenvolvimento do aproveitamento de energias renováveis é um caminho que interessa percorrer visando a diversificação da base económica e a fixação de ativos qualificados.

Na evolução do emprego nos últimos anos, será também de registar o aumento dos quantitativos da população empregada no setor terciário e em particular no terciário social derivado do surgimento de novas dinâmicas coletivas de solidariedade social e da criação de novos equipamentos sociais. Contudo, este setor da economia social, apesar de atrair ativos essencialmente femininos e gerar emprego estável com possibilidades de qualificação revela ainda algumas debilidades. Estas, estão essencialmente ligadas ao ajustamento entre a procura e a oferta, à cooperação e articulação entre as entidades fornecedoras, à qualidade dos serviços prestados, à qualificação dos recursos humanos e à capacidade de inovação na prestação de novos serviços.

No domínio do turismo, apesar de se ter assistido a um aumento da atividade sobretudo ao nível do alojamento turístico na modalidade de turismo em espaço rural, subsiste alguma incapacidade de qualificação continua dos equipamentos, dos seus recursos humanos e de geração de produtos integrados que associem a capacidade de alojamento a outros ativos do território (patrimoniais e ambientais) gerando um produto final capaz de aumentar a permanência média e penetrar de forma apelativa noutros mercados.

Em suma, no domínio da economia, apesar de existirem novas oportunidades de diversificação da base económica local será necessário envolver recursos humanos qualificados, procurar novas formas de comercialização e facilitar os processos de transferência de conhecimento e tecnologia.

Numa análise resumida aos aspetos do emprego poderemos afirmar que apesar da taxa de emprego ter diminuído com menor intensidade na MEG, entre 2001 e 2011, situando-se num decréscimo de -2,9%, quando no país foi de -5% ela é significativamente mais baixa nesta sub-região (39%), quando no Alentejo ronda os 46% e no país 48,5%. Atualmente existem 2 477 desempregados inscritos nos Centros de Emprego, sendo que 46% são homens e 54% mulheres. Desses desempregados registados, 46% está em situação de desemprego à menos de um ano e os restantes 54% estão desempregados à mais de um ano. Quanto à situação face ao emprego 54% procuram um novo emprego e 46% o 1º emprego.

No domínio patrimonial histórico-cultural, a MEG possui também um conjunto importante de ativos. Eles são visíveis, quer ao nível ambiental, de que é exemplo o Parque Natural do Vale do Guadiana, quer ao nível do património material e imaterial, como sejam a construção tradicional, as construções de carácter defensivo/militar em todos os concelhos, centros históricos preservados a par de importantes manifestações culturais de que o cante é, também, apenas um dos exemplos. Naturalmente que estes também serão ativos passíveis de valorização não apenas no quadro da sua associação a outros “produtos do território”, mas da promoção em seu torno de processos de I&D.

Finalmente, a MEG dispõe de um conjunto de agentes territoriais cuja capacitação e melhoria da sua articulação estratégica e operacional, importa incrementar, numa ótica de mobilização global para a implementação de processos de desenvolvimento conducentes à mitigação dos constrangimentos existentes. Contam-se aqui ADL, Câmaras Municipais, Escolas, IPSS, Instituições de Crédito, Associações Setoriais e Culturais e outras, que estando presentes no GAL/MEG poderão constituir agentes preponderantes na implementação de novos modelos de desenvolvimento sobretudo se devidamente apoiadas e articuladas com a Administração Central.

Diagnóstico estratégico

Da análise participada, relativa à situação deste espaço geográfico, realizada no seio do GAL, das populações e outros agentes no território, resultou uma síntese de diagnóstico expressa na matriz **swot** (ver anexo 4), que se encontra discriminada nas seguintes áreas de atuação da parceria:

1. Território,
2. Recursos naturais e ambientais;
3. Pessoas demografia e escolaridade;
4. Atividade económica geral;
5. Produção agrícola e pecuária,
6. Agro indústria e indústria transformadora;
7. Turismo;
8. Artesanato, comércio e outros serviços;
9. Património e dinâmicas culturais;
10. Governança e capital social;
11. Emprego e promoção da inclusão;
12. Educação, formação e serviços à comunidade.

Considerando que a análise a todos domínios é essencial à correta avaliação da matriz de diagnóstico, apresentamos em baixo, sínteses daqueles que consideramos ser os domínios de base da mesma:

Território	
Pontos Fortes	Pontos Fracos
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Cobertura tendencialmente generalizada de infraestruturas de saneamento básico e recolha seletiva de resíduos urbanos; ▪ Infraestruturação consequente da implementação da estratégia do EFMA; ▪ Boa cobertura territorial de equipamentos coletivos de apoio à cultura desporto e lazer (cineteatros; equipamentos desportivos – piscinas, gimnodesportivos, campos de futebol, circuito de manutenção); ▪ Estrutura de povoamento concentrada; ▪ Ordenamento do território resultante de baixas densidades populacionais e de boas políticas locais; ▪ Níveis crescentes de consciencialização da população para a separação seletiva de resíduos domésticos; ▪ Diminuição das distâncias a centros urbanos de maior dimensão (Lisboa, Évora). 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Ligeiro aumento da baixa densidade populacional (12 → 11/hab/Km²); ▪ Agravamento da taxa de crescimento populacional (perda de 10% população residente) ▪ Debilidade da rede de acessibilidades rodoviárias intraterritoriais; ▪ Fragilidade da rede de transportes; ▪ Inexistência de rede ferroviária (desativa há algumas décadas); ▪ Localização periférica em relação aos centros de decisão nacionais; ▪ Redução de serviços públicos (educação, saúde, justiça, segurança social, etc.); ▪ Difícil acesso a serviços de saúde, com baixos índices de cobertura ao nível de infraestruturas, equipamentos e pessoal especializado; ▪ TDT – insuficiência na cobertura da televisão digital terrestre
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Proximidade geográfica às regiões espanholas da Estremadura e Andaluzia; ▪ Possibilidade de incremento do acesso das produções locais a mercados externos, bem como da criação de plataformas logísticas no território, através da Infraestrutura aeroportuária de Beja; ▪ Novas acessibilidades, nomeadamente a construção do novo IP8 que liga transversalmente Sines a Vila Verde de Ficalho e Espanha, melhorando o acesso às matérias-primas não locais e, à colocação de produtos em Mercados extra locais; ▪ Crescente cobertura territorial com internet; ▪ Progressiva instalação da rede de fibra ótica; ▪ Capacidade de atração de recursos humanos qualificados e empreendedores que pretendem usufruir da tranquilidade e segurança proporcionadas pelo território. ▪ Proximidade de alguns concelhos a Lisboa – Boas acessibilidades; ▪ A imigração como potencial de dinâmica demográfica. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Políticas públicas pouco orientadas para a coesão e valorização territorial; ▪ Impossibilidade de financiamento da conclusão de importantes infraestruturas rodoviárias com destaque para o IP8; ▪ Tendência de desinvestimento público na melhoria dos equipamentos de saúde e de educação

Atividade Económica Geral	
Pontos Fortes	Pontos Fracos
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Incremento de I&D; ▪ Progressiva criação de infraestruturas de apoio à instalação de atividades económicas (parques de atividades económicas; ninhos de empresas); ▪ Produções primárias locais de reconhecida qualidade (leite ovelha e cabra, uvas, azeitonas, carne de porco de raça alentejana, mel, frutos secos); ▪ Importância estratégica do pão alentejano; ▪ Produtos certificados, DOP, DOC, VQPRD como sejam o “Queijo Serpa”; “Azeite de Moura”; Vinhos “Granja-Amareleja”; Presunto de Barrancos; Bovino Mertolengo; Borrego Alentejano; ▪ Implantação e afirmação de certames temáticos locais com impacto regional e nacional (Feira do Queijo do Alentejo; Feira do Presunto; Olivomoura, entre outras); ▪ Subsistência de modos de fazer tradicionais; ▪ Tendência crescente para a incorporação de novas tecnologias de produção; ▪ Introdução do regadio com impacto na criação de novas atividades. ▪ Importância das Microempresas para o desenvolvimento económico da região e criação de emprego local. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Economia assente em setores tradicionais pouco produtivos e com fraca incorporação de I&D ou outros fatores de competitividade; ▪ Recursos humanos pouco qualificados nos quadros das empresas locais; ▪ Tecido empresarial pouco diversificado; ▪ Reduzida importância atribuída pelas empresas às funções, pré e pós-produção (conceção de planos de estratégia de marketing e embalagem, estudos de mercado); ▪ Reduzida oferta formativa de qualidade dirigida às necessidades específicas das empresas, capaz de qualificar os recursos humanos, e aumentar os níveis de competitividade. ▪ Níveis de incorporação tecnológica e inovação reduzidos; ▪ Reduzida importância atribuída a processos de certificação de qualidade; ▪ Incipiente e inadequada organização empresarial, associativa e cooperativa; ▪ Fraca capacidade de mobilidade da mão-de-obra disponível;
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Atração de investimento externo; ▪ Tendência crescente do movimento <i>Slow food</i> com possibilidade de incremento da procura de produtos tradicionais de qualidade do território; ▪ Crescente implantação de produtos locais em grandes superfícies e lojas <i>gourmet</i> dos centros urbanos; ▪ Infraestrutura aeroportuária de Beja; ▪ Capacidade de atração de recursos humanos qualificados e empreendedores que pretendem usufruir da tranquilidade, segurança e qualidade de vida proporcionado pelo território; ▪ Perspetivas de investimento externo em torno do EFMA ao nível da agricultura e do turismo. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Aumento do custo das matérias-primas e outros fatores de produção com destaque para a energia; ▪ Contexto de crise económica e social registada a nível mundial; ▪ Concorrência internacional de produtos similares produzidos e comercializados a custo mais baixo; ▪ Diminuição do poder de compra

Demografia e Escolaridade	
Pontos Fortes	Pontos Fracos
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Gradual aumento do nível de escolaridade dos jovens e adultos; ▪ Aumento do número de diplomados do ensino superior; ▪ Diminuição da taxa de analfabetismo em 7% ▪ Crescente oferta de cursos profissionais; ▪ Aumento da oferta educativa local, à população sénior – academias sénior. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Elevado índice de dependência total; ▪ Elevado índice de dependência de jovens e idosos; ▪ Estrutura da população duplamente envelhecida; ▪ Diminuição, desde 2010, da oferta formativa local contemplando a dupla certificação escolar/profissional; ▪ Baixas qualificações escolares dos empresários e dos seus recursos humanos. ▪ Baixos níveis de escolarização; ▪ Reduzida oferta de cursos de alfabetização; ▪ Incapacidade financeira das famílias para assegurar a educação formal dos descendentes; ▪ Manutenção de taxas de abandono e retenção escolar significativas; ▪ Agravamento das taxas de insucesso escolar; ▪ Diminuição da população estudantil
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Potencial dos Centros para a Qualificação e Ensino Profissional para a certificação escolar e profissional, e a valorização dos recursos humanos locais, bem como de promoção da autoestima e de aproximação dos utentes ao mercado de trabalho. ▪ Recursos humanos qualificados pelo Instituto Politécnico de Beja, Universidade de Évora e Universidade do Algarve em áreas científicas dirigidas às empresas; 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Êxodo rural da população em idade ativa para regiões nacionais e internacionais, mais dinâmicas, na perspetiva de oferta de emprego; ▪ Alterações legislativas no domínio do ensino com significativo impacto ao nível local (numero de alunos por turma, diminuição do corpo docente geral e especializado); ▪ Manutenção da tendência de encerramento de escolas de 1º ciclo e pré-escolar por ausência de crianças

Recursos Naturais e Ambientais	
Pontos Fortes	Pontos Fracos
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Número de horas de Sol, com valores médios anuais superiores a 3000 horas, e um forte potencial para produção de energias renováveis; ▪ Recursos geológicos, nomeadamente os mármore de Ficalho e os xistos de Mourão e Barrancos com potencial para uso ornamental ou, na produção de outros produtos transformados; ▪ Património natural bem conservado e alvo de ações de proteção especial através de Diretivas Comunitárias (Diretiva Aves e Diretiva Habitats) e legislação nacional, que deram origem à criação do Parque Natural do Vale do Guadiana, ZPE Moura-Mourão-Barrancos e, Sítio com interesse para a conservação – Moura-Barrancos; ▪ Abundância de recursos de avi-fauna, alguns com estatuto de proteção, atratores do mercado de birdwatching; ▪ Existência de recursos florísticos com elevado interesse para a conservação pelo seu carácter endémico e raro; ▪ Boa visibilidade noturna da abóbada celeste ao longo do ano; ▪ EFMA enquanto reserva estratégica de água de elevado potencial para o desenvolvimento não só da agricultura, como também do turismo e produção energética; ▪ Aumento dos níveis de consciencialização das populações locais para a preservação dos recursos naturais; ▪ Riqueza paisagística do território. ▪ Importância estratégica do Rio Guadiana; ▪ Importância da paisagem de montado enquanto recurso; ▪ Abundância de recursos cinegéticos no território. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Elevada concentração da pluviosidade anual; ▪ Ausência de medidas adequadas de proteção da erosão; ▪ Poluição do meio hídrico; ▪ Existência de locais a necessitar de iniciativas de recuperação ambiental (p.e. complexo mineiro da Mina de São Domingos); ▪ Desajustamentos legislativos entre Portugal e Espanha relativamente à navegabilidade do rio Guadiana
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Políticas públicas orientadas para a conservação e valorização ambiental; ▪ Maior consciencialização em torno da defesa ambiental; ▪ Crescente aposta nacional e local no aproveitamento de energias renováveis; ▪ Processo da candidatura do montado a património Mundial pela Unesco; ▪ O rio Guadiana como agente de biodiversidade potenciador de atividades turístico-desportivas; ▪ Potencial de harmonização da legislação no quadro da euro região. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Possibilidade de incremento da poluição hídrica subterrânea; ▪ Redução da biodiversidade resultante de práticas agrícolas intensivas; ▪ Alterações climáticas com progressivo avanço da erosão dos solos, conduzindo a um processo de progressiva desertificação;

No mesmo âmbito, e uma vez que a identificação das principais tendências e oportunidades de dinamização económica e social com consequências no posicionamento competitivo da MEG é igualmente relevante no quadro do planeamento estratégico para MEG 14-20, apresentamos em baixo, a síntese das mesmas, em estreita articulação com a análise de diagnóstico realizada.

Território, Pessoas demografia e Escolaridade	<ul style="list-style-type: none"> • Mudança da perceção sobre a ruralidade, com especial tendência para a valorização da qualidade ambiental e de vida, associados à criação de produtos inovadores em meio rural e na captação de recursos humanos especializados; • Agravamento do fenómeno de emigração jovem versus imigração como potencial de dinâmica demográfica apesar da persistência do fenómeno de despovoamento local e regional; • Novos hábitos de envelhecimento ativo e tendência para a criação de novos serviços de bem-estar que permitam prolongar a autonomia e a qualidade de vida das populações; • Progressivo aumento dos níveis de escolaridade de jovens e adultos a par da manutenção de taxas de insucesso escolar elevadas;
Produção Agrícola e pecuária / Agro-indústrias e indústria transformadora	<ul style="list-style-type: none"> • Progressiva <i>empresarialização</i> da atividade agrícola, que tem vindo a introduzir sistemas avançados de produção, bem como modelos de controlo da gestão da produção e da utilização de recursos; • Tendência evolutiva do mercado com introdução de preocupações dos consumidores sobre modos de produção biológica e ambientalmente responsáveis; • Crescente exigência do consumidor final em matéria de qualidade e das prioridades nutricionais dos alimentos; • Potencial de valorização de produtos alimentares em associação a iniciativas empresariais de jovens agricultores e empresários rurais, as quais exigem mobilização de competências inovadoras e orientação para novos mercados de proximidade e extralocais. • Potencial para a diversificação de atividades que simultaneamente utilizem recursos locais e criem novas cadeias de valor; • Manutenção da exiguidade da procura de bens e serviços a nível local e persistência de baixo poder de compra.
Recursos Naturais e Ambientais	<ul style="list-style-type: none"> • Procura crescente por formas de construção sustentável e promoção de processos de ecoeficiência na construção de habitação e na atividades primárias e secundárias; • Crescente valorização de alguns recursos naturais presentes do território; • Tendência de reciclagem de materiais num contexto de economia circular, de “zero resíduos” e de novas aplicações para os resíduos; • Surgimento de novas competências e produções na área das energias renováveis e de biocombustíveis; • Políticas orientadas para a produção sustentável e para a utilização racional de recursos com particular incidência no solo e na água; • Tendência de valorização da biodiversidade enquanto motor para a criação de novas atividades e serviços especializados (e.i. atividades de turismo na natureza, estudos de espécies de fauna e flora, etc).

Património / Turismo e Artesanato e outros serviços	<ul style="list-style-type: none"> • Evolução do comportamento do consumidor e das suas expectativas, experiências digitais e aplicações móveis; • Crescente valorização dos recursos endógenos em associação com a promoção de atividades desportivas e criativas enquanto fator de promoção da inovação e da atratividade do território; • Crescente aposta na valorização e diferenciação do território pelo reconhecimento dos seus valores patrimoniais (e.i. Cante Alentejano, candidatura Montado, Parque Natural, entre outros) • Alterações demográficas e de perfil do cliente turístico (envelhecimento populacional, redução de agregados familiares, assim como a identificação de mercados emissores emergentes); • Tendência para a procura de produtos identitários e artesanais, mas de <i>design</i> inovador, enquanto produtos de valor acrescentado; • Crescente necessidade de qualificação da oferta turística local (recursos humanos, equipamentos, oferta integrada, etc).
Atividade Económica em Geral	<ul style="list-style-type: none"> • Crescente implementação de processos de I&D no território, em domínios como o empresarial, ambiental, entre outros, com potencial para a criação de novos processos de transferência de conhecimento por via do aumento da mobilização de entidades de investigação e ensino; • Incremento da capacidade de atração de investimento externo, diversificação da base económica e consequente fixação de recursos humanos qualificados; • Persistência da exiguidade da oferta do mercado de trabalho local.
Inclusão Social / Serviços à comunidade	<ul style="list-style-type: none"> • Práticas de cooperação ao nível local que potenciam a utilização de recursos e partilha de conhecimento; • Tendência generalizada de apoio à igualdade de oportunidades e à igualdade de género; • Cobertura tendencialmente generalizada de serviços de apoio social com necessidades de racionalização de oferta e melhoria de processos designadamente no domínio da qualidade; • Persistência de hábitos de risco e de grupos vulneráveis à exclusão a par de possibilidades de mitigação dos fatores desfavoráveis a partir das competências locais e de políticas orientadas para o efeito.

Visão

Em resultado daquilo que é a análise de contexto atual, as principais tendências de evolução do território nos contextos regional, nacional e europeu e as possibilidades geradas pelo Aviso de concurso nº2/2014 e as demais oportunidades que poderão advir de uma maior complementaridade com outras fontes de financiamento, o DLBC/MEG, encontra-se estruturado em torno da seguinte visão:

“Em 2020 a MEG será um território coeso e competitivo, criador de emprego progressivamente qualificado, tendo apostado na diversificação da sua economia, na criação de novas cadeias de valor, na inovação e na sua internacionalização, no empreendedorismo e na qualificação dos seus recursos

humanos; socialmente inclusivo, capaz de atrair novos residentes; afirmado no seu contexto regional e raiano e, valorizador do seu património histórico e ambiental.”

E. Proposta de estratégia e resultados esperados

Pressupostos

Na elaboração da EDL para a MEG foram levados em consideração:

1. A regulamentação relativa aos Fundos Estruturais Europeus:

- Regulamentos do Parlamento Europeu e do Conselho de 17 de Dezembro de 2013, (EU) nº 1301/2013 relativo ao FEDER, (EU) nº 1304/2013 relativo ao FSE, (EU) nº 1300/2013 relativo ao Fundo de Coesão e, (EU) nº1305/ relativo ao apoio ao desenvolvimento rural (FEADER);

2. Estratégias 2020 Europeias e Nacionais e Regionais:

- Europa 2020- Estratégia para um Crescimento Inteligente, Sustentável e Inclusivo;
- Quadro Estratégico Comum e Acordo de Parceria,
- Programa de Desenvolvimento Rural 2020;
- Programa Operacional Regional do Alentejo 2014-2020 - Alentejo 2020,
- Plano de Ação Regional Alentejo 2020,
- Estratégia de Especialização Inteligente - Alentejo 2020, de Dezembro de 2014;
- EIDT-AC 2020- Estratégia de Desenvolvimento Integrada de Desenvolvimento Territorial do Alentejo Central, de Dezembro de 2014,
- PEDBA' 2020 -Plano Estratégico de Desenvolvimento do Baixo Alentejo, de Maio de 2014.

3. **Instrumentos de planeamento estratégico e operacional** com incidência no espaço de intervenção do GAL, designadamente o Plano Regional de Ordenamento do Território, Planos Diretores Municipais, Planos Estratégicos Municipais e Planos Sectoriais;

4. **As vontades e apetências locais, dos atores com intervenção no território**, consubstanciadas numa elevada participação na elaboração da presente proposta, para a qual foi criada uma metodologia específica, que permitiu recolher elementos em relação à sua estratégia futura;

5. **Os resultados e experiências obtidos** com a aplicação de Programas Integrados de Desenvolvimento Rural na MEG, nomeadamente os Programas Leader II e Leader +, o Centro Rural de Vila Nova de S. Bento, bem como o PRODER SP3;

6. **As características do aviso do concurso N.º2/2014, de 16/11/2014** e das principais áreas de intervenção nele contidas, bem como, o documento de orientações para a submissão de candidaturas posteriormente emanado.

7. **O diagnóstico atualizado da zona de intervenção**, o isolamento das suas potencialidades e o cruzamento dessa informação, quer com os aspetos anteriores, quer com pressupostos inerentes à definição de um Programa de Desenvolvimento Local, em meio rural de baixa densidade, que se pretende integrado e sustentável.

Macro estratégia – MEG 14-20

Na definição dos objetivos estratégicos procurou-se entre todos os aspetos já mencionados assegurar a sua mensurabilidade. Face à inexistência de uma bateria de indicadores pré definida sugerem-se alguns que poderão vir a ser utilizados:

Objetivos estratégicos	Indicadores
OE1 – Dinamização económica e promoção do empreendedorismo	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Nº de explorações apoiadas; ▪ Nº de postos e trabalho com desagregação por género e idade; ▪ Nº de empresas criadas; ▪ Nº de empresas apoiadas com desagregação setorial; ▪ Capacidade instalada dos viveiros.
OE2 – Promoção da coesão social e da aprendizagem ao longo da vida	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Pessoas envolvidas; ▪ Desempregados envolvidos; ▪ Empregos criados.
OE3 – Preservação e valorização ambiental e patrimonial	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Nº de sítios classificados recuperados; ▪ Nº de ações de marketing, rotas e itinerários e seu impacto; ▪ Estudos científicos realizados; ▪ Centros de acolhimento de interpretação e seu impacto
OE4 – Requalificação do território rural	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Aglomerados rurais intervencionados; ▪ Centros e acolhimento e interpretação.
OE5 – Fortalecimento das redes de apoio e animação do espaço rural	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Entidades parceiras envolvidas em processos de participação; ▪ Redes temáticas de apoio à revitalização do espaço rural.
OE6 – Cooperação entre territórios rurais	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Ações de cooperação e seu impacto; ▪ Entidades, pessoas e empresários envolvidos; ▪ Temáticas trabalhadas.

Os eixos estratégicos de intervenção definidos, e a sua relação com os objetivos estratégicos é a seguinte:

Eixos estratégicos de intervenção	Objetivos estratégicos
I – Consolidação e diversificação da base económica local	OE1. Dinamização económica e promoção do empreendedorismo
II – Coesão social e qualificação de recursos humanos	OE2- Promoção da coesão social e da aprendizagem ao longo da vida
III – Valorização ambiental e patrimonial	OE3- Preservação e valorização ambiental e patrimonial OE4- Requalificação do território rural
IV – Capacitação de redes de suporte e	OE5- Fortalecimento das redes de apoio e animação do espaço rural

aproximação a outros territórios rurais

OE6-Cooperação entre territórios rurais

A árvore de objetivos é a que seguidamente se apresenta:

Objetivos estratégicos	Objetivos específicos
OE1- Dinamização económica e promoção do empreendedorismo	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Diversificar as atividades económicas locais, contribuindo para a integração de setores e criação de emprego qualificado; ▪ Aumentar e diversificar a oferta turística local e incentivar novas formas de promoção, organização e animação; ▪ Promover o acesso das populações a serviços compatíveis com a vida moderna nomeadamente no que concerne à compatibilização da vida profissional com a familiar; ▪ Explorar usos criativos e sustentáveis de recursos endógenos.
OE2- Promoção da coesão social e da aprendizagem ao longo da vida	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Qualificar os agentes e dinamizadores de organizações locais com novas competências para a satisfação de necessidades locais; ▪ Promover o emprego qualificado, facilitador do acesso a mecanismos e aprendizagem ao longo da vida; ▪ Promover a inclusão ativa de grupos vulneráveis e socialmente desfavorecidos; ▪ Prover a igualdade de oportunidades.
OE3- Preservação e valorização ambiental e patrimonial	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Preservar e divulgar o património cultural e ambiental da MEG; ▪ Reforçar a identidade cultural local, favorecendo o aumento da participação da população, em particular dos jovens; ▪ Divulgar e apoiar a instalação de fontes energéticas alternativas e de novos sistemas de produção agrícola e pecuária; ▪ Aumentar e ordenar o grau de fruição dos recursos patrimoniais locais.
OE4- Requalificação do território rural	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Preservar e valorizar elementos patrimoniais e ambientais presentes nos diferentes aglomerados rurais.
OE5- Fortalecimento das redes de apoio e animação do espaço rural	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Fomentar sinergias e complementaridades, no âmbito da EDL, com outros instrumentos de política e entre iniciativas de desenvolvimento rural no seio da MEG; ▪ Consolidar o fora de parceiros à escala da MEG, contribuindo para o aumento das suas competências em matéria de animação e de satisfação de necessidades das populações; ▪ Favorecer a recolha, organização, edição e divulgação de informação; ▪ Promover processos de transferência de conhecimento e implementar iniciativas de I&D.
OE6- Cooperação entre territórios rurais	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Consolidar as parcerias regionais e contribuir para o alargamento de iniciativas de desenvolvimento rural no Alentejo; ▪ Facilitar o escoamento de produtos e serviços ao nível internacional participando em eventos e redes específicas; ▪ Melhorar as relações de cooperação para o desenvolvimento entre territórios rurais no espaço Raiano, Europeu e PALOP.

A articulação entre os eixos estratégicos e as linhas de intervenção define-se:

Eixos estratégicos de intervenção	Linhas de intervenção
I – Consolidação e diversificação da base económica local	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Regime simplificado de pequenos investimentos nas explorações agrícolas; ▪ Pequenos investimentos na comercialização e transformação; ▪ Diversificação de atividades na exploração; ▪ Cadeias curtas e mercados locais; ▪ Promoção de produtos de qualidade local; ▪ Conção de apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e o apoio à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas; ▪ Criação de emprego por conta própria, empreendedorismo, e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras.
II – Coesão social e qualificação de recursos humanos	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade.
III – Valorização ambiental e patrimonial	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Renovação de aldeias; ▪ Conservação proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural.
IV – Capacitação de redes de suporte e aproximação a outros territórios rurais	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Aquisição de competências e animação; ▪ Cooperação interterritorial e transnacional.

A estratégia será operacionalizada através das linhas de ação que seguidamente se apresentam, as quais constam do Aviso e que nele são designadas por “principais áreas de intervenção”. No presente momento constituiu opinião do GAL apresentar uma proposta de “macro estratégia” de espectro largo, por duas razões. A primeira, porque decorrerá ainda um período de construção da EDL que se deseja novamente participado no GAL e que permitirá aprofundar as linhas de ação em função das especificidades do território. A segunda razão, prende-se com alguma ausência de informação sobre elegibilidades, tipologias de projeto, formas de implementação, critérios, etc., os quais virão a ser definidos em regulamentação apropriada. Também por esta razão existem campos das fichas abaixo descritas que estão preenchidos com a informação disponível até ao momento.

Eixo I	Linha de ação I.1 - Regime simplificado de pequenos investimentos nas explorações agrícolas
Contributo para os objetivos estratégicos da EDL MEG - Dinamização económica e promoção do empreendedorismo	
Contributo para os objetivos temáticos do Quadro Estratégico Comum	
	OT.3 OT.4 OT.6
Contributo para o PO Regional do Alentejo	Indiretamente através da mobilização das PI 9.6 e 9.10 no âmbito do apoio a empresas inovadoras e criação de emprego.
Contributo para o Plano de Desenvolvimento Rural 2020	OE 3 OB1 OB2 PI6B

Objetivos específicos	Diversificar as atividades económicas locais, contribuindo para a integração de setores e criação de emprego qualificado; Explorar usos criativos e sustentáveis de recursos endógenos.			
Forma de concretização	Apoio a projetos até 25.000,00€ de investimento, na proteção e uso eficiente de recursos, melhoramentos fundiários, incluindo dispositivos de segurança e plantações. Farão parte dos critérios de seleção: 1. A tipologia dos investimentos (projetos que visem a proteção e o uso eficiente de recursos, pequenos investimentos fundiários e plantações), 2. Pedidos apresentados por jovens agricultores; 3. Pedidos apresentados por beneficiários que pertençam a uma organização ou agrupamento de produtores. Como condições de acesso: contabilidade nos termos da legislação em vigor e coerência técnica, económica e financeira.			
Agentes	Pessoas individuais ou coletivas que exerçam a atividade agrícola			
Eixo I	Linha de ação I.2 - Pequenos investimentos na comercialização e transformação			
Contributo para os objetivos estratégicos da EDL MEG: Dinamização económica e promoção do empreendedorismo				
Contributo para os objetivos temáticos do Quadro Estratégico Comum			OT.3	OT.8
Contributo para o PO Regional do Alentejo	Indiretamente através da mobilização das PI 9.6 e 9.10 no âmbito do apoio a empresas inovadoras e criação de emprego.			
Contributo para o Plano de Desenvolvimento Rural 2020		OE 3	OB1	OB2
Objetivos específicos	Diversificar as atividades económicas locais, contribuindo para a integração de setores e criação de emprego qualificado; Explorar usos criativos e sustentáveis de recursos endógenos.			
Forma de concretização	Apoio a projetos até 200.000,00€ de investimento na criação ou modernização de unidades de transformação e comercialização de produtos agrícolas de base local, investimentos tangíveis e intangíveis de forma a melhorar o desempenho competitivo e garantir a sustentabilidade ambiental. Critérios de seleção: 1. Índice de valor acrescentado/investimento, 2. Projetos apresentados por organizações ou agrupamentos de produtores, 3. Criação de postos de trabalho. Condições de acesso: contabilidade nos termos da legislação em vigor, e coerência técnica, económica e financeira.			
Agentes	Pessoas singulares ou coletivas legalmente constituídas à data de apresentação da candidatura			

Eixo I	Linha de ação I.3 - Diversificação de atividades na exploração					
Contributo para os objetivos estratégicos da EDL MEG: Dinamização económica e promoção do empreendedorismo						
Contributo para os objetivos temáticos do Quadro Estratégico Comum				OT.3	OT.4	OT.6
Contributo para o PO Regional do Alentejo		Indiretamente através da mobilização das PI 9.6 e 9.10 no âmbito do apoio a empresas inovadoras e criação de emprego.				
Contributo para o Plano de Desenvolvimento Rural 2020		OE 3	OB1	OB2	PI6B	
Objetivos específicos	<p>Diversificar as atividades económicas locais, contribuindo para a integração de setores e criação de emprego qualificado;</p> <p>Aumentar e diversificar a oferta turística local e incentivar novas formas de promoção, organização e animação;</p> <p>Explorar usos criativos e sustentáveis de recursos endógenos.</p>					
Forma de concretização	<p>Diversificação de atividades na exploração agrícola que envolvam como despesas a elaboração de projetos, a remodelação ou recuperação de instalações, construções de pequenas escala, aquisição de equipamentos e viaturas e outros investimentos intangíveis.</p> <p>Condições de acesso dos promotores: CAE constante do Anexo I do Tratado, demonstrarem uma situação económica e financeira equilibrada, e disporem de contabilidade organizada.</p> <p>Condições de acesso dos projetos: Projetos entre > 10.000,00€ e <= 200.000,00€, viabilidade económica (TIR, VAL e Pay Back), podendo prever-se exceções para projetos de natureza ambiental ou de melhoria da eficiência energética</p>					
Agentes	Sem dados					

Eixo I	Linha de ação I.4 - Cadeias curtas e mercados locais					
Contributo para os objetivos estratégicos da EDL MEG: Dinamização económica e promoção do empreendedorismo						
Contributo para os objetivos temáticos do Quadro Estratégico Comum				OT.3	OT.8	OT.6
Contributo para o PO Regional do Alentejo		Indiretamente através da mobilização das PI 9.6 e 9.10 no âmbito do apoio a empresas inovadoras e criação de emprego.				
Contributo para o Plano de Desenvolvimento Rural 2020		OE 3	OB1	OB2	PI6B	
Objetivos específicos	<p>Diversificar as atividades económicas locais, contribuindo para a integração de setores e criação de emprego qualificado;</p> <p>Aumentar e diversificar a oferta turística local e incentivar novas formas de promoção, organização e animação;</p> <p>Promover o acesso das populações a serviços compatíveis com a vida moderna nomeadamente</p>					

	no que concerne à compatibilização da vida profissional com a familiar; Explorar usos criativos e sustentáveis de recursos endógenos.
Forma de concretização	Apoio à implementação de projetos de criação de circuitos curtos/cadeias curtas de distribuição e comércio de proximidade incluindo os abrangidos em áreas de proteção da natureza.
Agentes	Sem dados

Eixo I	Linha de ação I.5. - Promoção de produtos de qualidade local				
Contributo para os objetivos estratégicos da EDL MEG - Dinamização económica e promoção do empreendedorismo					
Contributo para os objetivos temáticos do Quadro Estratégico Comum			OT.3	OT.8	OT.6
Contributo para o PO Regional do Alentejo	Indiretamente através da mobilização das PI 9.6 e 9.10 no âmbito do apoio a empresas inovadoras e criação de emprego.				
Contributo para o Plano de Desenvolvimento Rural 2020		OE 3	OB1	OB2	PI6B
Objetivos específicos	Diversificar as atividades económicas locais, contribuindo para a integração de setores e criação de emprego qualificado; Aumentar e diversificar a oferta turística local e incentivar novas formas de promoção, organização e animação;				
Forma de concretização	Apoio a projetos de promoção de produtos de qualidade certificada e locais (estratégias de marketing, ações de promoção e publicidade), incluindo os abrangidos por regimes formais de diferenciação, até um montante de investimento elegível de 100.000,00€ ou 1 milhão de euros no caso de projetos apresentados por agrupamentos de produtores e que envolvam um mínimo de 3 produtos.				
Agentes	Sem dados com exceção dos agrupamentos de produtores				

Eixo I	Linha de ação I.6 - Conção de apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e o apoio à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas					
Contributo para os objetivos estratégicos da EDL MEG: Dinamização económica e promoção do empreendedorismo						
Contributo para os objetivos temáticos do Quadro Estratégico Comum			O.T9	OT.1	OT.8	OT.3
Contributo para o PO Regional do Alentejo	Diretamente através da mobilização das PI 9.6 e 9.10 no EDL lideradas por comunidades locais e Investimentos no contexto das EDL, em persecução dos objetivos da PI 8.8, complementar à PI 8.3.					
Contributo para o Plano de Desenvolvimento Rural 2020	Indiretamente através da mobilização da P6B-Fomentar o DL nas zonas rurais e M19- Apoio ao DLBC Leader.					
Objetivos	Diversificar as atividades económicas locais, contribuindo para a integração de setores e criação					

específicos	<p>de emprego qualificado;</p> <p>Aumentar e diversificar a oferta turística local e incentivar novas formas de promoção, organização e animação;</p> <p>Promover o acesso das populações a serviços compatíveis com a vida moderna nomeadamente no que concerne à compatibilização da vida profissional com a familiar;</p> <p>Explorar usos criativos e sustentáveis de recursos endógenos.</p>
Forma de concretização	<p>O GAL virá a definir a tipologia definitiva de projetos, até 100.000,00€ de investimento elegível, no âmbito das seguintes tipologias:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Investimento de pequena dimensão associado à criação de micro empresas, e PME, bem como de micro e PME já existentes, desde que vise a criação líquida de emprego, e de projetos de empreendedorismo social apoiados na PI 8.3 do POR Alentejo; - Apoio ao empreendedorismo cooperativo; - Apoio ao desenvolvimento de viveiros de pequena escala; - Diversificação de instrumentos de financiamento a organizações da economia social; <p>Animação territorial e inovação social.</p> <p>Como condicionante considera-se que os projetos a apoiar devem privilegiar uma abordagem de complementaridade e de não sobreposição territorial, reforçando as sinergias entre os atores e níveis de governação.</p>
Agentes	Sem dados além do GAL

Eixo I	Linha de ação I.7 - Criação de emprego por conta própria, empreendedorismo, e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras			
Contributo para os objetivos estratégicos da EDL MEG: Dinamização económica e promoção do empreendedorismo				
Contributo para os objetivos temáticos do Quadro Estratégico Comum			O.T9	OT.1
			OT.8	OT.3
Contributo para o PO Regional do Alentejo	Diretamente através da mobilização das PI 9.6 e 9.10 no EDL lideradas por comunidades locais e Investimentos no contexto das EDL, em persecução dos objetivos da PI 8.3, complementar à PI 8.8.			
Contributo para o Plano de Desenvolvimento Rural 2020	Indiretamente através da mobilização da P6B-Fomentar o DL nas zonas rurais e M19- Apoio ao DLBC Leader.			
Objetivos específicos	<p>Diversificar as atividades económicas locais, contribuindo para a integração de setores e criação de emprego qualificado;</p> <p>Aumentar e diversificar a oferta turística local e incentivar novas formas de promoção, organização e animação;</p> <p>Promover o acesso das populações a serviços compatíveis com a vida moderna nomeadamente no que concerne à compatibilização da vida profissional com a familiar;</p> <p>Explorar usos criativos e sustentáveis de recursos endógenos.</p>			
Forma de	O GAL virá a definir a tipologia definitiva de projetos, até 100.000,00€ de investimento elegível, no âmbito das seguintes tipologias:			

concretização	<ul style="list-style-type: none"> - Apoio a microempresas e PME que promovam a criação de emprego; - Ações de sensibilização e formação dos promotores de empresas; - Apoio a microempresas e PME já existentes, desde que vise a criação de emprego; - Apoio à criação do próprio emprego por beneficiários de prestações de desemprego, através da antecipação do pagamento total ou parcial destas prestações; - Promoção do artesanato e dos ofícios tradicionais; - Promoção do empreendedorismo social (p.e. apoio domiciliário, empresas de serviços de proximidade); - Dinamização do empreendedorismo social, da inovação social, tornando o empreendedorismo social uma vertente importante das diferentes iniciativas de promoção e reconhecimento do empreendedorismo; - Apoio à criação de startups sociais; - Incentivo ao empreendedorismo cooperativo.
Agentes	Sem dados além do GAL

Eixo II	Linha de ação II.1 - Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade	
Contributo para os objetivos estratégicos da EDL MEG: Promoção da coesão social e da aprendizagem ao longo da vida		
Contributo para os objetivos temáticos do Quadro Estratégico Comum		OT.9 OT.2
Contributo para o PO Regional do Alentejo	Diretamente através da mobilização das PI 9.6 e 9.10 no EDL lideradas por comunidades locais e Investimentos no contexto das EDL, em persecução dos objetivos da PI 9.1.	
Contributo para o Plano de Desenvolvimento Rural 2020	Indiretamente através da mobilização da P6B-Fomentar o DL nas zonas rurais e M19- Apoio ao DLBC Leader.	
Objetivos específicos	<p>Qualificar os agentes e dinamizadores de organizações locais com novas competências para a satisfação de necessidades locais;</p> <p>Promover o emprego qualificado, facilitador do acesso a mecanismos e aprendizagem ao longo da vida;</p> <p>Promover a inclusão ativa de grupos vulneráveis e socialmente desfavorecidos;</p> <p>Prover a igualdade de oportunidades.</p>	
Forma de concretização	<p>O GAL virá a definir a tipologia definitiva de projetos, até 100 000,00€ de investimento elegível, no âmbito das seguintes tipologias:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Animação territorial e inovação social; - Desenvolvimento de abordagens integradas, de âmbito local, direcionadas para o envelhecimento ativo e saudável das populações; - Dinamização de ações intergeracionais e ações de promoção da transmissão de conhecimento e memória; - Inclusão social dos indivíduos de forma multisectorial e integrada, através de ações a executar em parceria, que permitam contribuir para aumentar a empregabilidade, combater situações críticas de pobreza e de exclusão social em territórios vulneráveis, envelhecidos e concretização 	

	<p>de medidas de promoção da inclusão ativa;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Inclusão social de crianças e jovens e outros, em contextos socioeconómicos vulneráveis, assente numa lógica bottom-up, em projetos localmente planeados, tendo por suporte instituições locais; - Inclusão social de imigrantes (p.e. atividades em centros de apoio ao imigrante ...); - Garantir a não sobreposição temática ou territorial com CLDS (CLDS no PO Temático), pelo que os temas para a inovação social, no presente PO, serão definidos durante a sua implementação; - Contratos de Inserção; Contratos de inserção +; - Contratos com pessoas inscritas nos serviços de emprego.
Agentes	Idosos, pessoas portadoras de deficiência o outros públicos desfavorecidos; desempregados inscritos nos serviços de emprego como beneficiários do rendimento social de inserção, desempregados inscritos não beneficiários de prestações de desemprego ou do rendimento social de inserção.

Eixo III	Linha de ação III.1 - Renovação de aldeias				
Contributo para os objetivos estratégicos da EDL MEG: Preservação e valorização ambiental e patrimonial e Requalificação do território rural					
Contributo para os objetivos temáticos do Quadro Estratégico Comum				OT.9	OT.6
Contributo para o PO Regional do Alentejo	Indiretamente através da mobilização das PI 9.6 e 9.10 no âmbito da promoção da animação do território e criação de emprego.				
Contributo para o Plano de Desenvolvimento Rural 2020	OE 3	OB1	OB2	PI6B	
Objetivos específicos	<p>Preservar e divulgar o património cultural e ambiental da MEG;</p> <p>Reforçar a identidade cultural local, favorecendo o aumento da participação da população, em particular dos jovens;</p> <p>Aumentar e ordenar o grau de fruição dos recursos patrimoniais locais;</p> <p>Preservar e valorizar elementos patrimoniais e ambientais presentes nos diferentes aglomerados rurais.</p>				
Forma de concretização	Apoio a projetos até 200.000,00€ de investimento elegível, que promovam a preservação, conservação e valorização dos elementos patrimoniais locais, paisagístico e ambiental incluindo ações de sensibilização				
Agentes	Sem dados				

Eixo III	Linha de ação III.2 - Conservação proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural					
Contributo para os objetivos estratégicos da EDL MEG - Preservação e valorização ambiental e patrimonial e Requalificação do território rural						
Contributo para os objetivos temáticos do Quadro Estratégico Comum				OT.9	OT.5	OT.2

Contributo para o PO Regional do Alentejo	Diretamente através da mobilização das PI 9.6 e 9.10 no EDL lideradas por comunidades locais e Investimentos no contexto das EDL, em persecução dos objetivos da PI 6.3.
Contributo para o Plano de Desenvolvimento Rural 2020	Indiretamente através da mobilização da P6B-Fomentar o DL nas zonas rurais e M19- Apoio ao DLBC Leader.
Objetivos específicos	<p>Preservar e divulgar o património cultural e ambiental da MEG;</p> <p>Reforçar a identidade cultural local, favorecendo o aumento da participação da população, em particular dos jovens;</p> <p>Divulgar e apoiar a instalação de fontes energéticas alternativas e de novos sistemas de produção agrícola e pecuária;</p> <p>Aumentar e ordenar o grau de fruição dos recursos patrimoniais locais;</p> <p>Preservar e valorizar elementos patrimoniais e ambientais presentes nos diferentes aglomerados rurais.</p>
Forma de concretização	<p>O GAL virá a definir a tipologia definitiva de projetos, até 100.000,00€ de investimento elegível, no âmbito das seguintes tipologias:</p> <p><u>Património Histórico-cultural:</u> visam a alavancagem do potencial turístico e cultural dos monumentos, a valorização e melhoria da oferta trística na área monumental, a dinamização cultural e a promoção turística de territórios de elevado valor natural, cultural e paisagístico, incluindo investimentos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Recuperação de bens histórico-culturais com elevado interesse turístico classificados ou em vias de classificação nos termos da legislação em vigor, e de Património classificado, nomeadamente como Património da Humanidade; - Produção e implementação de campanhas de marketing sobre o património; - Estruturação de novas rotas e itinerários experienciais, baseados em temas âncora da região, e em fatores distintivos; - Valorização turística e dinamização dos recursos culturais; - Classificação internacional do património alentejano; - Reabilitação de áreas integradas no património industrial e mineiro para fins turísticos; - Divulgação de “boas práticas” de conservação, restauro e valorização. <p><u>Património Natural:</u> atividades de animação turística potenciadoras do turismo de natureza, nomeadamente através da contemplação e fruição do meio rural (turismo rural) e também de segmentos mais ativos. Neste sentido, a estruturação da oferta pressupõe melhorar as condições de visitação dos recursos e desenvolver ofertas integradas de serviços, incluindo:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Apoio à visitação para o aproveitamento das potencialidades associadas à fruição dos valores patrimoniais; - Melhoria das condições de acolhimento e de interpretação das áreas naturais com interesse turístico; - Valorização turística das albufeiras e cursos de águas interiores, numa lógica de constituição de circuitos/roteiros; - Programas e ações promocionais suportadas nos territórios de elevado valor natural, cultural e paisagístico (áreas protegidas/ classificadas com relevância turística).
Agentes	Administração pública direta e indireta, Entidades de turismo, entidades e instituições de cultura,

	entidades responsáveis pela gestão das áreas protegidas, Fundações, Associações e outras entidades sem fins lucrativos, Agências e Associações de desenvolvimento regional e local.
--	---

Eixo IV	Linha de ação IV.1 - Aquisição de competências e animação			
Contributo para os objetivos estratégicos da EDL MEG: Fortalecimento das redes de apoio e animação do espaço rural e Cooperação entre territórios rurais.				
Contributo para os objetivos temáticos do Quadro Estratégico Comum			OT11	OT.1
			OT.8	OT.9
Contributo para o PO Regional do Alentejo	Indiretamente através da mobilização das PI 9.6 e 9.10 no âmbito do apoio da animação territorial, promoção da inclusão e capacitação de agentes locais.			
Contributo para o Plano de Desenvolvimento Rural 2020			OE 3	OB1
			OB2	PI6B
Objetivos específicos	<p>Fomentar sinergias e complementaridades, no âmbito da EDL, com outros instrumentos de política e entre iniciativas de desenvolvimento rural no seio da MEG;</p> <p>Consolidar o fora de parceiros à escala da MEG, contribuindo para o aumento das suas competências em matéria de animação e de satisfação de necessidades das populações;</p> <p>Favorecer a recolha, organização, edição e divulgação de informação;</p> <p>Promover processos de transferência de conhecimento e implementar iniciativas de I&D;</p> <p>Consolidar as parcerias regionais e contribuir para o alargamento de iniciativas de desenvolvimento rural no Alentejo;</p> <p>Facilitar o escoamento de produtos e serviços ao nível internacional participando em eventos e redes específicas.</p>			
Forma de concretização	A componente animação encontra-se prevista em ligação com a assistência técnica pelo que, a forma de concretização será definida pelo GAL no quadro da separação entre essas duas atividades. No presente documento encontram-se definidas aquelas que serão as grandes áreas de atividade da componente animação.			
Agentes	GAL			

Eixo IV	Linha de ação IV.2 - Cooperação interterritorial e transnacional			
Contributo para os objetivos estratégicos da EDL MEG: Fortalecimento das redes de apoio e animação do espaço rural e Cooperação entre territórios rurais.				
Contributo para os objetivos temáticos do Quadro Estratégico Comum			OT11	OT.1
			OT.8	OT.9
Contributo para o PO Regional do Alentejo	Indiretamente através da mobilização das PI 9.6 e 9.10 no âmbito do apoio da animação territorial, promoção da inclusão e capacitação de agentes locais.			
Contributo para o Plano de Desenvolvimento Rural 2020			OE 3	OB1
			OB2	PI6B

Objetivos específicos	<p>Fomentar sinergias e complementaridades, no âmbito da EDL, com outros instrumentos de política e entre iniciativas de desenvolvimento rural no seio da MEG;</p> <p>Consolidar o fora de parceiros à escala da MEG, contribuindo para o aumento das suas competências em matéria de animação e de satisfação de necessidades das populações;</p> <p>Favorecer a recolha, organização, edição e divulgação de informação;</p> <p>Promover processos de transferência de conhecimento e implementar iniciativas de I&D;</p> <p>Consolidar as parcerias regionais e contribuir para o alargamento de iniciativas de desenvolvimento rural no Alentejo;</p> <p>Facilitar o escoamento de produtos e serviços ao nível internacional participando em eventos e redes específicas;</p> <p>Melhorar as relações de cooperação para o desenvolvimento entre territórios rurais no espaço Raiano, Europeu e PALOP.</p>
Forma de concretização	Apoio a projetos e cooperação interterritorial e transnacional relacionados com os objetivos da EDL. Será definido um plano de cooperação que identifique as áreas chave.
Agentes	GAL

Articulação com outras estratégias

De acordo com a abordagem a seguir no que respeita à utilização dos instrumentos de DLBC, materializáveis através da implementação das EDL e, especificamente do caso da parceria MEG, a estratégia desenvolvida respeita os princípios de integração e multissetorialidade impostos, assegurando as sinergias e complementaridade com as EIDT com incidência no território de intervenção e os demais domínios de apoio dos programas operacionais financiadores, em resposta às principais fragilidades identificadas, numa lógica de atuação complementar que articula; a promoção do empreendedorismo e do emprego, a maior qualificação de recursos humanos, a valorização ambiental e patrimonial e o trabalho em rede, para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo.

De acordo com a matriz de articulação entre os **Objetivos Estratégicos da EDL MEG 14-20 VS Prioridades e Iniciativas Europa 2020**, podemos analisar a integração dos objetivos definidos com as prioridades de investimento EU 2020, em todos os seus domínios, com especial incidência nos domínios de “União para a Inovação” “Europa eficiente em recursos” e “Agenda para novas competências e empregos” (Matriz 1.)

Este é igualmente, um dos objetivos implícitos à aplicação da estratégia MEG 14-20, articular **Objetivos Estratégicos com os Domínios e Objetivos temáticos EU assumidos em Portugal 2020** (Matriz 2). Aqui é visível a corroboração entre a estratégia da MEG e todos os objetivos temáticos assumidos por Portugal, com um especial contributo nos domínios da “Competitividade e Internacionalização” e “Capital Humano”.

No âmbito nacional e regional, para além da complementaridade com as ações que serão mobilizáveis pelos GAL no âmbito do PO Regional do Alentejo (Prioridades de Investimento 9.6 e 9.10), e do Programa de Desenvolvimento Rural – Medida 10 Leader, a proposta de macro estratégia

para a MEG assegura a sua coerência com outras estratégias territoriais de relevante impacto no território nomeadamente, no âmbito do Plano de Ação Regional - Alentejo 2020, por se constituir enquanto um documento de Orientação Estratégica para o Desenvolvimento do Alentejo no horizonte

A **Matriz de Complementaridade entre PAR Alentejo 2020 e EDL 2014-2020 MEG** (Matriz 3) exemplifica a coerência entre as prioridades temáticas, prioridades de intervenção e Iniciativas âncora do PAR Alentejo 2020 e estratégia para a MEG, sublinhando-se a total complementaridade com a iniciativa ancora “Desenvolvimento dos Territórios de Baixa Densidade”.

Ainda no âmbito de estratégias territoriais, foi também considerada a **Estratégia de Especialização Inteligente para o Alentejo**, numa ótica de potenciar as vantagens comparativas de região, desenvolvendo sinergias regionalmente (Matriz 4), manifestando-se uma maior relação dos objetivos da MEG como domínios de especialização, “Património, Industrias culturais e criativas e Serviços de Turismo” e “Tecnologias e Serviços Especializados da Economia Social”.

Por último, a estratégia de articulação para a MEG 14-20, cria ainda sinergias e complementaridades entre as duas EIDT presentes no território de intervenção, o **Plano de Desenvolvimento Estratégico do Baixo Alentejo – PEDBA 2020** (Matriz 5) e a **Estratégia de Desenvolvimento Integrada de Desenvolvimento Territorial – Alentejo Central 2020** (Matriz 6). Em ambos é possível a articulação concluindo-se que a implementação territorial das três no território, será integrado e complementar e contribuirá para o alcance de objetivos e metas comuns ao desenvolvimento do Alentejo.

Matriz nº1- Articulação entre Objetivos Estratégicos MEG 14-20 VS Prioridades e Iniciativas Europa 2020

Objetivos Estratégicos – MEG 14-20	Europa 2020						
	Crescimento Inteligente			Crescimento Sustentável		Crescimento Inclusivo	
	IE 1	IE2	IE3	IE 4	IE 5	IE 6	IE 7
1. Dinamização económica e empreendedorismo							
2. Promoção da coesão social e da aprendizagem ao longo da vida							
3. Preservação e valorização ambiental e patrimonial							
4. Requalificação do território rural							
5. Fortalecimento das redes de apoio e animação do espaço rural							
6. Cooperação entre territórios rurais							

Legenda

- IE 1 Agenda Digital para a Europa
- IE2 União para a Inovação
- IE3 Juventude em movimento
- IE4 Europa eficiente em recursos

- IE5 Política Industrial para a era da globalização
- IE6 Agenda para novas competências e empregos
- IE7 Plataforma Europeia contra a pobreza

Matriz nº 2 Articulação entre Objetivos Estratégicos MEG 14-20 VS Domínios e Objetivos temáticos EU assumidos em Portugal 2020

Objetivos Estratégicos - MEG 1420	Domínios temáticos										
	Competitividade e Internacionalização					Inclusão Social e Emprego		Capital Humano	Sustentabilidade e Eficiência no uso dos recursos		
	OT1	OT2	OT3	OT7	OT11	OT8	OT9	OT 10	OT4	OT5	OT6
1. Dinamização económica e empreendedorismo	■	■	■	■		■	■		■	■	■
2. Promoção da coesão social e da aprendizagem ao longo da vida		■	■			■	■	■			
3. Preservação e valorização ambiental e patrimonial	■	■		■				■	■	■	■
4. Requalificação do território rural	■	■	■					■	■	■	■
5. Fortalecimento das redes de apoio e animação do espaço rural	■	■	■		■	■	■	■	■	■	■
6. Cooperação entre territórios rurais	■		■		■	■	■	■			

Legenda

OT1	Reforçar a Investigação, o desenvolvimento tecnológico e a Inovação.	OT7	Promover transportes sustentáveis e eliminar os estrangulamentos nas principais infraestruturas das redes
OT2	Melhorar o acesso às TIC e fomentar a sua utilização e qualidade	OT8	Promover a sustentabilidade e a qualidade do emprego e apoiar a mobilidade dos trabalhadores.
OT3	Reforçar a competitividade das PME, do setor agrícola e do setor das pescas e da aquicultura	OT9	Promover a Inclusão Social e combater a pobreza a discriminação
OT4	Apoiar a transição para uma economia de baixo teor de carbono em todos os setores	OT10	Investir na educação, na formação e na formação profissional para a aquisição de competências e a aprendizagem ao longo da vida
OT5	Promover adaptações às alterações climáticas e a prevenção e gestão dos riscos	OT11	Reforçar a capacidade institucional das autoridades públicas e das partes interessadas e a eficiência da administração pública
OT6	Preservar o ambiente e promover a utilização eficiente de recursos		

Matriz nº 3 Complementaridade entre PAR Alentejo 2020 e ELD 2014-2020 Margem Esquerda do Guadiana

Prioridades Temáticas	A- Competitividade e Inovação				B - Desenvolvimento sustentável						C -Potencial Humano	D- Coesão Social
	Prioridades de Intervenção	Sistema Regional de Inovação e Competências	Qualificação e Internacionalização de ativos no território	Renovação de base económica sobre a R. Naturais e a excelência ambiental e patrimonial			Qualificação do Território: Redes de suporte e dinâmicas territoriais					
Iniciativas âncora	Sistema regional de inovação	Qualificação e promoção das infraestruturas económicas	Agricultura e Regadio	Plataforma Logística Alimentar	Turismo Alentejo e Ribatejo	Património Cultural	Economia Verde	Áreas Protegidas	Desenvolvimento dos Territórios de Baixa Densidade	Sistema Urbano Policêntrico	Pacto regional para a qualificação, emprego e inclusão social	Economia Social
PAR ALENTEJO 2020												
ELD 2014-2020 MEG	OE1											
	OE2											
	OE3											
	OE4											
	OE5											
	OE6											

Nota: Não inclui Iniciativa âncora "Economia do Mar"

- OE1 Dinamização económica e empreendedorismo
- OE2 Promoção da coesão social e da aprendizagem ao longo da vida
- OE3 Preservação e valorização ambiental e patrimonial

- OE4 Requalificação do território rural
- OE5 Fortalecimento das redes de apoio e animação do espaço rural
- OE6 Cooperação entre territórios rurais

Matriz²⁴- Articulação entre Objetivos Estratégicos MEG 1420 VS Domínios de Especialização e Principais Tendências EREIA

Objetivos Estratégicos - MEG 1420	Domínios de Especialização				
	Alimentação e Floresta	Economia dos Recursos Minerais	Património, Industrias culturais e criativas e Serviços de Turismo	Tecnologias críticas, Energia e Mobilidade Inteligente	Tecnologias e Serviços Especializados da Economia Social
1. Dinamização económica e empreendedorismo					
2. Promoção da coesão social e da aprendizagem ao longo da vida					
3. Preservação e valorização ambiental e patrimonial					
4. Requalificação do território rural					
5. Fortalecimento das redes de apoio e animação do espaço rural					
6. Cooperação entre territórios rurais					

Matriz nº 5- Articulação entre os Objetivos Estratégicos MEG 1420 VS Objetivos estratégicos e Ações Estruturantes PEDBA 2020

Objetivos Estratégicos - MEG 1420	Objetivos Estratégicos e Ações Estruturantes PEDBA 2020																				
	OE1. T. Amigo do Investimento					OE2. T. Empreendedor e Produtivo						OE3. T. Excelência Ambiental				OE4 T. Residencial atrativo					OE.5. T. Em Rede(s)
	AE 01	AE 02	AE 03	AE 07	AE 10	AE 01	AE 02	AE 03	AE 04	AE 05	AE 10	AE 02	AE 06	AE 08	AE 09	AE 03	AE 04	AE 05	AE 07	AE 10	Transversal
1. Dinamização económica e empreendedorismo																					
2. Promoção da coesão social e da aprendizagem ao longo da vida																					
3. Preservação e valorização ambiental e patrimonial																					
4. Requalificação do território rural																					
5. Fortalecimento das redes de apoio e animação do espaço rural																					
6. Cooperação entre territórios rurais																					

Legenda Ações Estruturantes:

AE01	Qualificação da Envolvente de Suporte à Iniciativa Empresarial	AE06	Rede de Infraestruturas e Serviços Ambientais
AE02	Promoção e Valorização Económica do Potencial Endógeno	AE07	Rede de Infraestruturas de conectividade Física e Digital
AE03	Pacto Territorial para a Empregabilidade e o Empreendedorismo	AE08	Promoção da Eficiência Energética e das Energias Renováveis
AE04	Rede para a Inclusão e Promoção do Desenvolvimento Social	AE09	Gestão Integrada de Ativos e Riscos Ambientais
AE05	Rede de Equipamentos e Serviços Coletivos	AE10	Capacitação e Modernização da Administração Local

Matriz Nº 6- Articulação entre os Objetivos Estratégicos MEG 1420 VS Domínios estratégicos e Objetivos Específicos Alentejo Central 2020

Objetivos Estratégicos - MEG 1420	Domínios estratégicos e Objetivos Específicos Alentejo Central 2020																						
	A- Competitividade Empresarial Emprego e Internacionalização						B- Reforço e Capacitação Institucional				C- Organização e Qualificação do Território				D- Coesão social e Qualidade de Vida					E- Val. e Proteção Ambiental e Adaptação às Alterações Climáticas			
	OE 1	OE 2	OE 3	OE 4	OE 5	OE 6	OE 1	OE 2	OE 3	OE 4	OE 1	OE 2	OE 3	OE 4	OE 1	OE 2	OE 3	OE 4	OE 5	OE 1	OE 2	OE 3	
1. Dinamização económica e empreendedorismo	■	■	■	■	■														■	■			
2. Promoção da coesão social e da aprendizagem ao longo da vida				■		■				■					■	■			■				
3. Preservação e valorização ambiental e patrimonial			■	■	■							■		■	■				■	■	■	■	
4. Requalificação do território rural			■	■	■								■	■									
5. Fortalecimento das redes de apoio e animação do espaço rural	■		■	■	■		■	■	■	■					■				■	■	■		
6. Cooperação entre territórios rurais	■		■		■		■		■	■								■	■	■			

Legenda objetivos específicos EDIDTAC 2020:

AOE1	Incentivar a inovação empresarial num quadro de consolidação do sistema regional de transferência de tecnologia
AOE2	Afirmar os sectores económicos estratégicos – os tradicionais e os emergentes- no âmbito da RIS3 regional, através do adensamento das relações intersectoriais, do reforço da articulação dos grandes projetos empresariais externos com o tecido económico regional e do reforço da competitividade de base económica regional
AOE3	Valorizar economicamente os recursos endógenos e os ativos territoriais numa perspetiva de alargamento da base produtiva regional, de alargamento das cadeias regionais de valor e de dimensão da vitalidade dos territórios de baixa densidade e da competitividade económica local.

GAL MARGEM ESQUERDA DO GUADIANA

AOE4	Fomentar o empreendedorismo, dinamizando uma cultura empreendedora e apoiando a emergência, implementação e consolidação de iniciativas empresariais
AOE5	Reforçar as condições de atratividade económica da região
AOE6	Qualificar os recursos humanos numa perspetiva de adequação da mão-de-obra à evolução do mercado de trabalho e de atração de população qualificada
BOE1	Intensificar a dinâmica de parcerias institucionais e aumentar os níveis de confiança e de cooperação institucional
BOE2	Reforçar a inteligência das instituições regionais (reforçar a capacidade de recolher, tratar e analisar informação relevante)
BOE3	Explorar o capital existente no domínio da cooperação transfronteiriça, quer numa perspetiva de reforço institucional quer numa perspetiva de abertura e internacionalização das instituições na região
BOE4	Aumentar os níveis de desempenho e de qualificação do funcionamento e da prestação dos serviços públicos, as instituições da economia social, e das instituições associativas de apoio
COE1	Qualificar os centros urbanos estruturantes da rede urbana sub-regional, numa perspetiva de competitividade e inovação regional e de promoção de estruturas urbanas sustentáveis e de baixo carbono
COE2	Apostar numa lógica de equilíbrio territorial, nos elementos decisivos de competitividade territorial oferecidos pela cidade de Évora e pelo corredor central, como elementos decisivos da atratividade, afirmação e projeção do Alentejo Central.
COE3	Promover a vitalidade das restantes sedes de concelho e dos centros rurais, apostando nas condições de multifuncionalidade, na qualificação urbana e na exploração de fatores distintivos dos espaços rurais
COE4	Melhorar as condições de acessibilidade e de mobilidade sustentável no território do Alentejo Central
DOE1	Combater os fenómenos de exclusão social, de isolamento e de pobreza e promover o bem – estar das famílias e a proteção aos grupos mais vulneráveis ao longo do ciclo da vida
DOE2	Qualificar o ensino básico e combater os processos de abandono escolar
DOE3	Completar as Redes de Equipamentos sociais num quadro de estratégias de ordenamento do território municipal ou sub regional e qualificar os equipamentos existentes.
DOE4	Dinamizar a animação cultural, nomeadamente, através da programação em rede e promover a melhoria das condições geradoras de criatividade
DOE5	Capacitar e dinamizar as instituições de economia social e promover a sua articulação e incrementar o empreendedorismo e a inovação social
EOE1	Promover a adoção de padrões sustentáveis de uso dos recursos naturais e preservar a qualidade ambiental e paisagística da sub-região
EOE2	Promover mecanismos de adaptação às alterações climáticas e combater os riscos associados
EOE3	Melhorar os sistemas de gestão de resíduos, numa perspetiva integrada ao nível da sub-região.

Resultados esperados

A abordagem que seguidamente se apresenta, resultou de um processo de consensualização regional alcançada pelos GAL reconhecidos para a Gestão do SP3 PRODER.

A opção do GAL/MEG para a determinação das metas de resultados para os indicadores propostos em sede de aviso de concurso, não possuindo qualquer informação rigorosa relativa quer a critérios para a afetação de recursos financeiros às EDL/DLBC, quer a número de GALs a acreditar, centrou-se em duas componentes:

- Por um lado, no peso da população residente do território no Alentejo, no Baixo Alentejo e Alentejo Central e na população rural identificada no PRD 2020:

Pop. Residente 2011		Peso percentual do TI
População Rural (PDR)	3.734.564	0,98
Alentejo	757.302	4,87
Baixo Alentejo	126.692	27,05 (*)
Alentejo Central	166 726	1,59 (**)
TI Margem Esquerda do Guadiana	36 941	

(*) Considerada a pop. resid. nos concelhos de Barrancos, Moura, Serpa e freguesias de Santana de Cambas e Corte do Pinto no concelho de Mértola

(**) Considerada a pop.resid. no concelho de Mourão

Assim, nesta ótica, relativamente aos resultados esperados para a EDL, poder-se-á prever que os mesmos contribuam da seguinte forma para os resultados enunciados no PDR2020, no PO Alentejo 2020, no PEDBA / CIM do Baixo Alentejo e na EDAC/CIM do Alentejo Central:

	PDR2020	Alentejo 2020	PEDBA 2020	EDAC 2020
Contributos da EDL /MEG	1%	5%	27%	1,6

Por outro lado, se considerarmos as dotações atribuídas aos GAL para a gestão do SP 3 do PRODER (sem medida funcionamento), ao GAL MEG coube uma dotação inicial (sem reserva de eficiência, de que foi alvo o valor de 1.804.295,32€,) de 6.133 mil euros, i.e., 8,2% da dotação atribuída à Região Alentejo (incluindo Lezíria do Tejo). A região Alentejo (NUT II) obteve 24% do total da dotação inicial do SP3 do PRODER para o Continente (não considerando as medidas relativas ao funcionamento).

Neste pressuposto é para nós correto e expectável que as verbas, no mínimo, se mantenham, pelo menos do ponto de vista percentual; de resto, considerado um valor mínimo face ao peso da área da região no quadro nacional (cerca de 40%).

Desta forma, as metas a atingir, estarão de acordo com o orçamento a afectar ao GAL MEG, de forma proporcional, com base nos critérios estabelecidos na Portaria 392-A/2008, de 4 de junho.

Alentejo 2020 – FSE e FEDER

A EDL do GAL MEG contribuirá com o seu peso proporcional, acima manifestado, para a concretização dos indicadores listados no Aviso de Concurso:

- a) Criação de emprego, quer aferido através de “Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego” (PI 9.6 – FSE); quer pelos “Postos de trabalho das empresas apoiadas (FEDER);
- b) “Empresas apoiadas”, enquanto indicador igualmente relevante no apoio à dinamização da atividade económica local e à criação de emprego;
- c) Capacidade para uma criação sustentável de emprego, em alinhamento direto com o indicador de resultado da PI 9.6 “Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego que permanecem 12 meses após o fim do apoio”;
- d) Capacidade de mobilização de investimento privado associado à intervenção pública, em alinhamento direto com o indicador de resultado da PI 9.10 “Efeito multiplicador do investimento público no investimento privado”;
- e) Aumento do n.º esperado de visitantes a sítios de património cultural e natural e atrações beneficiários de apoio (indicador de realização da PI 6.3);
- f) Aumento do n.º de “dormidas em estabelecimentos hoteleiros, aldeamentos, apartamentos turísticos e outros” (indicador de realização da PI 6.3).

PDR 2020 – FEADER

A EDL do GAL/MEG contribuirá com o seu peso proporcional, acima identificado, para a concretização dos indicadores listados no Aviso de Concurso:

- Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego;
- Empresas apoiadas;
- Percentagem da população total coberta pela EDL;
- Percentagem de explorações agrícolas apoiadas pelo apoio ao pequeno investimento;
- Percentagem de unidades industriais apoiadas pelo apoio ao pequeno investimento;
- Peso da despesa pública para apoio ao pequeno investimento nas explorações agrícolas;
- Peso da despesa pública para apoio ao pequeno investimento nas unidades industriais;
- Peso da despesa pública para apoio a cadeias curtas e mercados locais.

Para além dos pressupostos indicados considera-se também relevante para os resultados a atingir, o conhecimento da capacidade e autonomia do GAL para a modelação das medidas de apoio às especificidades do território de intervenção e às opções da EDL. Com efeito, a autonomia para a definição dos períodos para a abertura de avisos de concurso, a possibilidade de criação de submedidas de financiamento em áreas específicas da EDL, a introdução de aspetos de valoração das candidaturas, entre outros, são elementos fundamentais para apreciação dos resultados a atingir. São igualmente fatores importantes e

condicionantes da definição rigorosa dos resultados que se perspetivam alcançar com a EDL, os elementos associados à decisão de uma estratégia multifundos que no modelo de governação previsto no DL 137/2014 de 12 de Setembro, obriga à articulação do GAL com duas Autoridades de Gestão.

F. Processo de envolvimento com as comunidades locais

Dispositivos de participação

A presente fase, designada de construção da proposta de macro estratégia da ELD, é uma fase intermédia do processo de planeamento. Neste sentido, ela foi antecedida de uma fase preliminar e será continuada, caso o GAL seja qualificado, através das fases de, construção definitiva da estratégia, programação e orçamentação e, execução, avaliação e replaneamento.

A fase preliminar, iniciada no começo de 2014, consistiu na realização do balanço participado sobre a execução do PRODER SP3 (ver anexo 5), numa análise sobre os aspetos de funcionamento do GAL e recolha de propostas de melhoria (através de inquérito aos membros do GAL), na realização de reuniões individualizadas com atores chave e na identificação de novas entidades passíveis de integrarem o GAL.

A fase da construção da proposta de macro estratégia, constituiu também, uma fase de intensa participação dos atores e foi condicionada essencialmente por dois aspetos:

- Pelas características do aviso de abertura de concurso para a pré-qualificação dos GAL (concurso para a apresentação e candidatura nº2/2014 de 16/11/2014);
- Pela opção do GAL e da entidade gestora em construir uma estratégia abrangente que possibilite a integração horizontal dos instrumentos de política no espaço geográfico da MEG independentemente da sua natureza temática ou territorial.

Tratou-se pois de uma fase onde, através do funcionamento do GAL, foram criados os instrumentos para a participação dos diferentes atores no processo de construção da proposta de macro estratégia de acordo com o esquema seguinte (ver anexos 6 e 7).

Esquema 1 – Sistema de envolvimento de atores



Os instrumentos de participação implementados possuíram duas formas, a territorial e a temática.

No caso da primeira, a territorial, foi utilizado um projeto ainda em curso, denominado RÁDIOgrafias através do qual foram realizados em cada concelho, estudos de opinião junto da população, entrevistas a atores chave e conferências sobre desenvolvimento.

Estes três instrumentos foram já integralmente aplicados em três municípios (Serpa, Moura e Barrancos) estando em aplicação parcial nos municípios de Mourão e Mértola, onde apenas resta a realização das conferências concelhias. Este projeto cujos resultados e registos de evidências se encontram no anexo 10 ao presente documento, permitiram a realização de diagnósticos concelhios por parte dos atores chave de cada município e da sua população. No caso dos atores chave adotou-se a técnica de entrevista dirigida que foi aplicada a cerca de oito atores por município entre câmaras municipais, empresas, IPSS, cooperativas, etc. No caso da população, aplicou-se um inquérito a uma amostra estratificada de cerca de cinquenta habitantes em cada município. Na estratificação daquela amostra foram considerados o género, a idade, a situação face ao emprego e, dentro desta, o facto de se tratarem de empregados por conta própria ou de outrem e serem ou não empregados no setor público.

No caso do dispositivo de participação temático, ele incidiu essencialmente nos membros do GAL e foi realizado através de quatro grupos focais dedicados às temáticas de: a) Agricultura e diversificação da base económica local; b) Património cultural e ambiental e capacitação organizacional; c) Emprego e combate à exclusão e d) Educação e formação. O registo da realização destas reuniões temáticas encontra-se também no anexo 7 e nelas foram

trabalhadas a análise swot, as linhas gerais da macro estratégia e as atividades passíveis de realização no quadro das medidas indicadas no aviso de concurso, bem como a sua forma e implementação.

Futuramente, caso seja ultrapassada com sucesso esta primeira fase de qualificação dos GAL, dar-se-á continuidade aos grupos e trabalho temáticos que, nessa altura, serão orientados para a construção em definitivo da estratégia, sua programação e orçamentação. Esta fase culminará com a aprovação pelo conselho de parceiros, daqueles elementos.

Em suma, poderemos considerar terem sido assegurados, em todas as fases deste processo de planeamento, mecanismos de participação onde foram envolvidos, população, atores chave e membros do GAL.

No quadro regional importa ainda referir que se prevê a definição de uma estratégia conjunta e coerente dos GAL com intervenção no Alentejo signatários de um acordo (anexo 12), na fase de preparação e de execução do DLBC no próximo período de programação.

O GAL/MEG e os restantes GAL da região Alentejo assumem o compromisso de, no âmbito da planificação das suas EDL, conjugarem esforços na articulação de objetivos, metas e ações que perspetivem uma visão ampla e uma cultura empreendedora, inclusiva e sustentável da região e conduzam a uma posição coesa face às prioridades estratégicas e iniciativas estruturantes definidas regionalmente.

Organização da parceria para assegurar as atividades de animação e de acompanhamento

Em consonância com os dispositivos de participação utilizados no processo de envolvimento com as comunidades locais para a construção da macro- estratégia da MEG 14-20 e, no que respeita ao acompanhamento e animação da ELD, foram definidas atividades a desenvolver pela parceria que primariamente se enquadram com o expresso em acordo de parceria territorial e regulamento interno do Grupo de Ação local.

Não obstante, identificam-se ainda atividades definidas no sentido de assegurar a implementação de dispositivos transparentes e responsáveis de tomada de decisão do Grupo de Ação local:

- Tomada de decisão da parceria através de um Órgão de Gestão que se propõe ser representativo das trinta e quatro entidades que integram o GAL com periodicidade definida, garantindo-se assim que os processos de tomada de decisão no âmbito do acompanhamento e execução da ELD são mais simplificados, transparentes e com uma orientação temática;
- Reforço da capacidade dos agentes locais para desenvolverem e executarem operações, fomentando a sua capacidade de gestão de projetos, pela promoção de sessões de informação e sensibilização, acompanhamento e apoio ao desenvolvimento de projetos, em articulação entre a equipa técnica local e as entidades parceiras;
- Definição de procedimentos de seleção não discriminatórios e transparentes, com critérios objetivos para a seleção de operações;

- Preparar, publicar e publicitar em diferentes meios (rádios e jornais locais, páginas web, redes sociais), convites à apresentação de operações, definindo critérios de seleção e respeitando a integração com os princípios do DLBC e as suas prioridades;
- Outras atividades no âmbito na animação e promoção do território (pto F).

Instrumentos para o acompanhamento e avaliação da EDL

Numa primeira perspetiva haverá que proceder à criação de instrumentos que permitam uma correta monitorização da EDL, capaz de fornecer informação tempestiva que permita corrigir eventuais desvios face as metas inicialmente definidas, bem como, de proporcionar informação adequada ao GAL e às Autoridades de Gestão. Numa segunda perspetiva deverão ser criados os momentos e formas de avaliação adequadas que permitam o escrutínio por parte daquelas entidades e do público em geral.

Em síntese será implementado um sistema de monitorização e avaliação composto essencialmente por:

- a) Registo cronológico de dados nas plataformas informáticas que vierem a ser disponibilizadas;
- b) Apresentação de relatórios de execução no órgão de gestão após a conclusão do processo de aprovação de projetos de cada concurso;
- c) Apresentação de relatórios anuais que serão aprovados pelo GAL e posteriormente enviados à Autoridade de Gestão;
- d) Avaliação interna com base num método de auto-avaliação participativa no GAL;
- e) Procedimentos de avaliação externa, intermédia e final (poderá existir, se assim for considerado um momento de avaliação ex-ante relativo à EDL);
- f) Avaliações temáticas que o GAL entenda realizar ou sejam solicitadas.

Com reflexos no acompanhamento da EDL do GAL/MEG prevê-se ainda, em conjunto com os restantes GAL do Alentejo a criação de uma plataforma de acompanhamento e monitorização do DLBC, com uma estrutura e composição a definir com outros atores públicos e privados da região e que assegure a articulação do DLBC com as diferentes EIDT e o POR Alentejo, de modo a que as diferentes intervenções territoriais concorram para os resultados e metas a alcançar na região e no país.

Ações de animação e promoção do território

A execução da EDL será naturalmente acompanhada de um conjunto de ações de animação e promoção do território e da capacitação dos seus atores. Neste sentido, tendo também como exemplo programas anteriores e dependendo dos recursos financeiros disponíveis, será desenhado um Plano de Aquisição de Competências e Animação. O quadro seguinte sugere algumas das atividades e destinatários consideradas como essenciais.

Atividade	Objetivos/descrição	Destinatários
Animação do território, Divulgação do Programa e do Território.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Divulgar os incentivos previstos no âmbito do DLBC Rural em diferentes meios (i.e. através de folhetos, site da EG, redes sociais, newsletters, stands promocionais, sessões públicas de esclarecimentos, participação em feiras) com os principais objetivos de informar sobre os processos de candidatura, prestar auxílio técnico e fomentar a articulação entre os diferentes sistemas de incentivos, estimulando o surgimento de iniciativas empreendedoras e inovadoras, promovendo o território, os seus produtos e serviços numa lógica de desenvolvimento local sustentável. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Agentes económicos e sociais do território de intervenção; ▪ População em Geral
Promoção do desenvolvimento local através de núcleos de animação local.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Implementação de projetos na área do empreendedorismo, formação, entre outros que se mostrem relevantes no acompanhamento de projetos e promoção do trabalho em rede . 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ ADL's Parceiras do GAL; ▪ Beneficiários e eventuais beneficiários do programa.
Dinamização de atividades económicas e empreendedorismo	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Organização de workshops temáticos com o principal objetivo de fomentar a inovação nos produtos e serviços; contribuir para a adaptação das empresas e organizações às novas tendências/exigências da procura; preparar as empresas e organizações para fazerem face à concorrência; permitir a troca de experiências, <i>know how</i> e cooperação entre agentes económicos e sociais; ▪ Promover visitas técnicas (benchmarking) com o objetivo de dar a conhecer mercados e dinâmicas supra regionais e internacionais de inovadoras e de sucesso. ▪ Implementação de mercados de proximidade, de forma a estimular a produção e o consumo de produtos agroalimentares de qualidade, e promover a proximidade entre produtos e produtores; ▪ Testagem do modelo participativo de gestão de microempresas familiares fomentando a criação de metodologias de trabalho que permitam inovar nos produtos, serviços, processos e tecnologias. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Empresários da região; ▪ Portadores de ideias de negócio; ▪ Organizações da região; ▪ População em geral
Estudos	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Promoção de estudos de avaliação intercalar e final que avalie o impacto do DLBC junto dos membros do gal e dos destinatários da ELD. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Parceiros do GAL; ▪ Beneficiários programa; ▪ Autoridades de Gestão; ▪ População em Geral
Aquisição de competências	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Participação da equipa da ETL, e das entidades parceiras em ações de formação, workshops, seminários entre outros diretamente relacionados com a implementação do 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Equipa técnica do GAL; ▪ Entidades parceiras; ▪ Agentes da região

	<p>programa;</p> <ul style="list-style-type: none"> Organização de ações para o aumento de competências de parceiros e agentes locais em áreas prioritárias de implementação da estratégia 14-20 	
<p>Trabalho em rede com GAL's regionais e nacionais</p>	<ul style="list-style-type: none"> Desenvolvimento de atividades e projetos em parceria com a Federação Minha Terra e outros GAL do território para promoção da abordagem Leader, difusão de boas práticas e promoção do trabalho em rede, otimizando recursos técnicos e financeiros. 	<ul style="list-style-type: none"> Equipa técnica do GAL; Entidades parceiras; Agentes da região.

Ações e meios para publicitar a EDL

Ainda no quadro das ações de promoção e animação da EDL, deverá ser aprovado e implementado um plano de comunicação prevendo diversos canais, onde constem os meios a utilizar como página na internet, boletim informativo/newsletters, desdobráveis, stand para participação em feiras e certames e eventualmente uma série de programas de rádio. A este conjunto de meios junta-se ainda a publicação de artigos temáticos ou sobre o território em jornais nacionais.

De referir também que, no quadro do lançamento periódico dos concursos, estes serão antecedidos de sessões de esclarecimento e informação em todos os municípios e sempre que possível nalgumas freguesias, a par da sua publicação nos jornais e rádios locais, de resto como tem sido prática nos últimos períodos de programação.

Em todas as ações e materiais de divulgação será naturalmente anunciado o programa financiador de acordo com aquilo que venha a ser a regulamentação aplicável.

Os processos de avaliação, bem como o natural evoluir da ELD, também deverão ser divulgados enquanto elementos de mobilização e de demonstração das iniciativas.